

ALENQUER, ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE UMA VILA PORTUGUESA (1)

O QUADRO NATURAL

A vila de Alenquer localiza-se cêrca de 36 km a nordeste de Lisboa (fig. 1 e 2), em região cujos terrenos marcam a transição entre as superfícies dobradas e erodidas do Jurássico e do Paleogênico e a planície aluvial do Tejo. Passando-se por Vila Franca de Xira em direção à localidade de Carregado e da vila de Alenquer, a estrada ladeia as elevações calcárias do Lusitaniano (camadas de Abadia); deixando-se Carregado, rumo a Alenquer, passa-se por depósitos argilo-arenosos miocênicos e atingem-se, já no lugar de Pedrógão, em Alenquer, as estruturas dobradas e desgastadas do Paleogênico, aí representadas pelos complexos detríticos de Cheganças (arenitos, argilas e calcários). Nesta altura, aproveitando, a seção desta estrutura, em grande parte fruto do trabalho erosivo da ribeira de Alenquer, a estrada atravessa-a e penetra em terrenos do Jurássico (complexo Pteroceriano, composto principalmente por arenitos e margas) e, galgando-os, tangencia

(1) Como docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria — Rio Grande do Sul, Brasil —, tivemos a oportunidade de realizar estágio de atualização e aperfeiçoamento no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, com bôlsa de estudos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Somos agradecidos às autoridades que facilitaram êstes estudos, dos quais uma parte é o presente trabalho. Registramos especial reconhecimento ao Prof. ORLANDO RIBEIRO, pela acolhida, pelas atenções e pelos ensinamentos auferidos no Centro que dirige; ao Prof. ILÍDIO DO AMARAL; à assistente MARIA ALFREDA CRUZ e demais membros do Centro de Estudos Geográficos, bem como às autoridades e ao povo de Alenquer: muito obrigado!

pequena porção falhada de calcários do Lusitaniano e ultrapassa a lombada dos terrenos paleogênicos citados; atravessa

novamente as estruturas miocênicas em direção ao norte.

«A vila compõe-se de duas partes: uma parte alta, construída na colina e assentando principalmente em grés argilosos, havendo só uma pequena parte, como a Câmara, nos calcários; e uma parte baixa, junto à ribeira, assente nas aluviões e nos grés.» (2) São largos traços da geologia da parte principal da vila e que definem o assunto a que êste gênero de trabalho pretende focalizar. A região apresenta, portanto, uma relativa diversificação estrutural que colaborou na individualização da paisagem de Alenquer e sua periferia. Por outro lado, esta mesma estrutura, e o recorte que lhe infligiu a ribeira de Alenquer, proporcionou à vila um sítio invulgar que lhe dá a fisionomia com as características apontadas adiante (fig. 3 e 4 e est. 1).

Descendo as encostas da serra do Montejunto ou

serra da Neve, diversos pequenos cursos d'água confluem para a ribeira de Alenquer, tódos de insignificante volume. Orien-

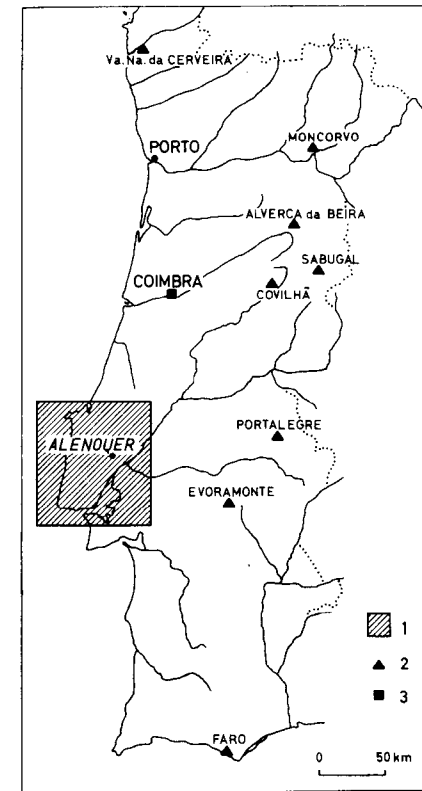


Fig. 1 — Localização de Alenquer em Portugal.

1 — Área representada na fig. 2;
2 — Local de proveniência dos imigrantes abrangidos pela amostragem da população; 3 — Local de trabalho dos habitantes abrangidos pela amostragem da população.

(2) F. L. PEREIRA DE SOUZA, *O Terremoto de 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e Um Estudo Demográfico*, vol. III, Lisboa, 1923, p. 485.

rainha Santa Isabel havia mandado colocar, no início do século XIV, cinco pedras para facilitarem a passagem e que «ainda se conservão no mesmo lugar inmoveis às enchentes do rio, que derruba, e desfaz edificios e nunca pode abalar as taes pedras» (5). Ao lado da impetuosidade de então, a ribeira serviu ao estabelecimento de indústrias, primeiramente na forma de moinhos e lagares e mais recentemente às indústrias do papel e dos tecidos.

Também ganharam fama as águas de Alenquer, através dos muitos mananciais que alimentavam a ribeira. «Na mesma villa ha varias fontes de excelente agoa e ha huma em que

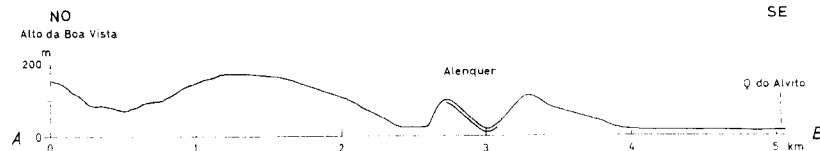


Fig. 4 — Corte topográfico.

moem ao mesmo tempo tres rodas e sua qualidade he excelente para os que tem mal do figado.» (6) «Para as queixas do figado, e outras semelhantes são os banhos de suas agoas remedio excelente» (7), outro destino que a população deu, durante séculos, às águas que iam à ribeira. Referência mais remota é a do P.º CARVALHO DA COSTA, ressaltando que «tem seu sitio esta nobre Villa, banhada de hum rio, que tem seu nascimento em huma fonte junto à serra de S. Marcos, & alentado de muytas ribeyras, & aguas, que vem dos montes, faz sua corrente por Villa nova da Rainha até desagoar no aurifero Tejo.» (8) Praticamente todos os historiadores, dicionaristas, etc., que escreveram algumas linhas sobre a vila não deixaram de exaltar a importância e o caudal da ribeira: «é abundante de boas agoas, correndo em grande número de fontes» (9).

(5) P.º LUÍS CARDOSO, *Diccionario Geographico de Portugal*, tomo II, A 2 (manuscrito do Arq. Nac. da Torre do Tombo), Lisboa, 1758, p. 307.

(6) IDEM, *ibidem*, p. 325.

(7) IDEM, *ibidem*, p. 330.

(8) P.º ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa, e Descripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, tomo III, 1712, p. 53.

(9) JOÃO MARIA BAPTISTA, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1876, p. 363.

Aliás, mais adiante se verá que em períodos mais recentes surge fato novo que subtrai os mananciais ao curso d'água, impossibilitando sejam decantados para o futuro... Uma síntese das funções desempenhadas pelas águas do Alenquer nos dá ainda conta de que havia abundância de peixes, muito apreciados pela população em sua alimentação e que tal era a abundância do caudal que a mesma população nele abrandava o calor estival, em frequentes banhos. E mais: «o rio passa por oito pontes, vindo suas águas de seis fontes (uma chamada da Couraça); move onze moinhos de muitas pedras e quatro lagares de azeite» (10).

Se por um lado a ribeira era de «boas agoadas», num volume que «derruba e desfaz edificios», e com força contínua capaz de mover moinhos e lagares, por outro, nunca possibilitou a Alenquer o seu aproveitamento para a navegação. Sobre isto temos a prova de que «não he navegavel senão hum quarto de legua junto ao lugar de villa nova, e são barcos, bateiras e fragatas as embarcações que o frequentão. E senão tivesse o impedimento dos açudes dos moinhos poderia chegar a mesma navegação a Alenquer» (11). E mais adiante: «desde o nascimento athe onde se encontra a maré tem onze açudes que lhe embaração a ser navegavel» (12). A impraticabilidade à navegação persistiu até muito tarde e, sem dúvida, tôdas as tentativas que levassem àqueles objetivos malograram. Em meados do século passado, uma sugestão neste sentido aparece, enumerando que a navegação do «rio d'Alenquer deve ser posterior à d'Ota» e que a «demolição de assudes que serviam aos moinhos era indispensável à utilização da ribeira por embarcações» (13). Este tópico vem reforçar a idéia da importância do curso d'água no passado, a ponto de mobilizar planos de o fazer navegável, objectivo que nunca chegou a se materializar.

(10) *Relacion de la Antiguedad, y Particularidades de la Noble Villa de Alanquer*, imp. s. d., B. N. L.

(11) P.º LUÍS CARDOSO, *idem*, p. 325.

(12) IDEM, *ibidem*, p. 330.

(13) ALBINO A. FREIRE DE FIGUEIREDO, *Memória sobre Alguns Melhoramentos Possiveis da Villa e Concelho de Alemquer*, Lisboa, 1851, p. 26.

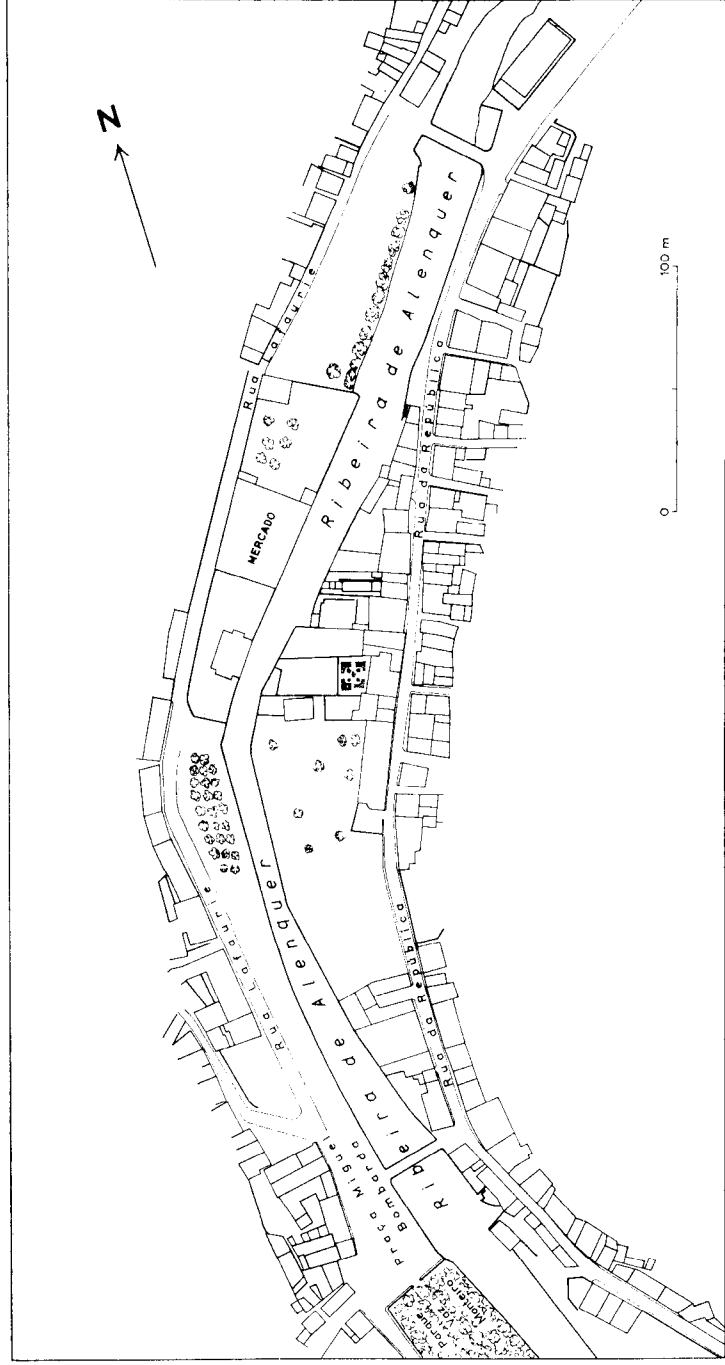


Fig. 5, A — Parte da Baixa, antes da retificação da ribeira e urbanização.

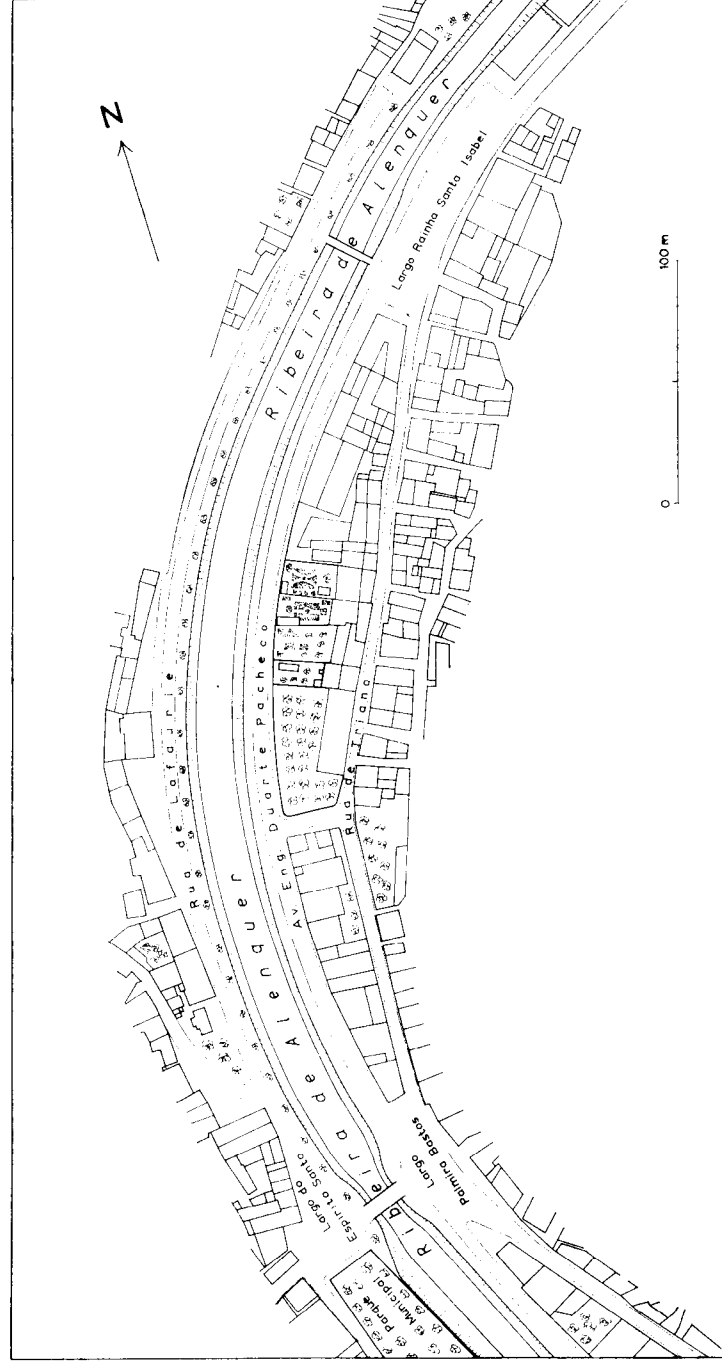


Fig. 5, B — A mesma, tal como se encontra em nossos dias.

Quem hoje olhar para o filete (est. II, B), que mal pode carregar os detritos e o esgôto da vila, ficará com a impressão de que exageraram os escritores do passado e perguntará: «Que teria ocorrido?» — A fase presente da ribeira se explica em grande parte porque, por uma necessidade de abastecer de água potável a capital do País, com a vantagem de também receber água tratada para a população da vila, a Câmara de Alenquer cedeu suas famosas e decantadas fontes à Companhia das Águas de Lisboa. Fruto deste contrato, potentes bombas, ligadas directamente aos mananciais, levam o líquido à metrópole. Desta forma, enormes tubulações desviam da ribeira a água que a ela acorria, ocasionando hoje, no Verão, problemas de ordem sanitária para a vila. Pelo fato de diminuírem as águas no Estio, tanto das nascentes como das chuvas, o caudal da ribeira desce a um nível que mal lhe permite correr; por isso, por vezes, as águas estagnam-se e putrefazem-se. Este fato levou a Câmara a entabular negociações com a companhia citada para que seja atenuada a sucção dos mananciais ou que ela seja feita de modo intermitente, permitindo assim o restabelecimento do fluxo normal. Se as conversações tomarem bom andamento, a população ficará livre de um flagelo; caso contrário, a solução que parece mais razoável será de barrar o curso à saída da vila.

Fechada a comporta existente junto à ponte do bairro de Santa Catarina, estaremos em face a mais um destino a que o habitante de Alenquer submeterá a ribeira ⁽¹⁴⁾. Servirá o volume d'água assim represado para fins urbanísticos, recreativos e turísticos, pois, concluídos os trabalhos de canalização e limpeza da ribeira, nela serão colocados barcos para entretenimento da população. Este empreendimento liga-se a um plano geral de aproveitamento das belezas

(14) Antecipando aquela medida e como preparativo às «Festas de Verão de Alenquer», realizadas de 2 a 9 de setembro, a Câmara executou obras assim noticiadas pelo semanário *A Verdade*, de Alenquer, em 13 de agosto, e como legenda ao respectivo clichê: «Com a construção de uma represa provisória no rio de Alenquer, instalada por baixo da ponte do Espírito Santo, deu-se incontestavelmente melhor aspecto ao rio».

e riquezas de Alenquer para fins turísticos. Para isto também está prevista a construção de um moderno restaurante, com estalagem nos andares superiores, fruto de capitais agrupados a partir da venda de ações à população que desejar investir.

O embelezamento e os planos acima citados foram prejudicados, e dificilmente serão levados a bom termo, porquanto, ao correr dos próximos anos, todos estarão voltados às obras de recuperação da parte baixa da vila que, na madrugada de 26 de novembro de 1967, sofreu catastrófica cheia. Entre a 1 e as 2 horas daquele domingo, as águas foram subindo, trasbordando em muito o modesto leito da ribeira: de 3 a 4 m, em quase toda a Baixa (est. IX, A). As chuvas torrenciais ocorreram em toda a área de Lisboa, assolando vasta região, a que Alenquer não escapou. Nela, o grande volume e o inesperado da cheia foram agravados pelo fato de uma ponte, situada pouco acima do lavadouro municipal, ter servido de barragem, represando grande massa de água. Em dado momento, não resistindo à pressão, ruiu, deixando passar a onda de lodo e materiais acumulados pela enxurrada. Daí a extensão dos danos. Houve um passivo de 11 mortos na vila e este aumentaria se não fôsse a parte atingida ser eminentemente comercial; os pavimentos térreos dos edifícios da Baixa, em sua maioria, são ocupados pelo comércio. Os prejuízos são incalculáveis, porquanto as mercadorias ou foram levadas pela corrente ou tornadas imprestáveis pela lama. O matadouro municipal, o mercado e os depósitos da Federação Nacional dos Produtores de Trigo quase estiveram submersos, motivo pelo qual ficou agravado o abastecimento da vila. Se o comércio ficou desorganizado, sorte diferente não teve a indústria. O moinho e a fábrica de papel tiveram suas partes térreas invadidas pela água até cerca de 1,50 m. As indústrias de lanifícios e de refrigerantes não escaparam à fúria das águas. A mais atingida, todavia, foi a fábrica de papel: teve parte da maquinaria e um dos seus pavilhões levados pela correnteza, porquanto estava construído sobre a ribeira (est. IX, B). Pesadas máquinas, algumas com várias toneladas, foram arrastadas pelo caudal, como foi o caso de duas calandras, encontradas distantes da fábrica, uma delas próximo ao Camarnal (fig. 3). A parte residencial, igualmente,

foi muito atingida. Os moradores das partes térreas perderam seus pertences, pois as águas chegaram a invadir em cerca de 0,5 m os primeiros andares de alguns pontos da Baixa. Desta forma, o que as águas não levaram, o lodo inutilizou. São irrecuperáveis, por exemplo, muitos veículos surpreendidos pela onda de água e lama. Contamos, dois dias após a enchente, sete veículos retirados do fundo da ribeira, próximo ao matadouro, enquanto dois outros ainda permaneciam semi-submersos no barro.

Este quadro, doloroso para a vila, privou a muitos de familiares, de suas casas, de seu ganha-pão, de mantimentos e remédios, de água e comunicações. Seus efeitos foram atenuados por toda a população solidária, pelos soldados, cantoneiros e trabalhadores voltados à ingente e pesada tarefa de safar casas e ruas da lama invasora. Enquanto isto, na Alta, chegavam medicamentos, agasalhos, alimentos e assistência sanitária, numa cena que se repetia por vasta área em derredor de Lisboa onde desabaram também copiosas chuvas.

O SÍTIO DE ALENQUER E A EVOLUÇÃO DA VILA

Nascida à sombra de um castelo erguido no topo de uma colina de 108 m, Alenquer foi crescendo nos declives que fazem face à moderna Estrada Nacional n.º 1, esparramando-se em direção à ribeira que leva seu nome (est. I, A). O que vemos hoje é um agrupado de casas de forma intrincada que procura adaptar-se tardiamente à topografia, ocupando indiscriminadamente os flancos dos morros, no sentido do afunilado vale da ribeira. As encostas declivosas, vantajosas num passado de insegurança aos que ocupavam o interior murado da praça forte, se tornaram, no presente, inegável obstáculo ao harmonioso desenvolvimento da vila (est. I, B).

Este tipo de «sítio», moldado para o abrigo de agressões, foi caracterizado por ORLANDO RIBEIRO: «A mesma preocupação de defesa que vimos actuar na concentração do povoamento, aqui com mais forte razão, primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, residência dos deuses, domina os arrabaldes industriais, aber-

tos ao comércio, próximos das vias de trânsito, e avista o agro que alimenta a cidade. Lugares hoje reservados à curiosidade histórica, tiveram durante séculos a sua função coordenadora e defensiva» (15).

Assim, o bloco urbano, com aspecto caótico e complicado, desenvolveu-se à cota dos 90 m, 80 m até aos 20 m da forte encosta voltada para leste, no sopé do antigo castelo. Mais tarde ambas as margens da ribeira foram tomadas. Por outro lado, a oeste da praça forte, o abrupto vigoroso impossibilitou qualquer construção e nele hoje cresce frondoso eucaliptal. Abaixo dêste, pequena faixa sedimentar é aproveitada pela agricultura, beneficiando-se com as águas da ribeira que a corta. Acompanhando o meandro e após a sua maior inflexão para o sul encontramos uma superfície menos hostil ao aglomerado: um fundo aluvial de pequenas dimensões no qual, após a retificação da ribeira, com conseqüente aumento e delineamento do espaço urbano (fig. 5, A e B), vemos quase esgotadas as reservas de expansão horizontal da vila.

A saída desta para Lisboa, e à margem direita da ribeira, surgiram algumas construções. Talvez em vista da estrada importante ou de terrenos um pouco menos acidentados, a aglomeração foi ganhando forma até receber nos dias correntes o pomposo cognome de *bairro*: é o bairro de Santa Catarina. O passar dos anos geminou-o ao antigo lugar de Paredes e eis que outro bairro desabrocha. Com Paredes completa-se a forma de um grotesco ponto de interrogação que a vista aérea nos dá de Alenquer.

Portanto, Alenquer se nos apresenta com um «sítio» de tipo clássico para vilas antigas em Portugal: a *Alta* declivosa e a *Baixa* prensada entre duas colinas de pouco mais de 100 m, fruto do encaixe da meândrica ribeira, que lhe dá fisionomia tão característica (fig. 3). Alta e Baixa, como acontece em outras vilas alcandoradas, são ligadas por estreitas, tortuosas e íngremes ruas, entrecortadas por «becos», «travessas» e «escadinhas», que bem atestam o emaranhado urbano que a topografia e o legado mouro souberam decalcar (est. III, A). «Ao contrário do maior número das cidades da Europa Central

(15) O. RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3.ª ed., Lisboa, 1967, p. 32.

e Setentrional, de planta regularmente desenvolvida em terras planas, aqui são frequentes as ruas íngremes e tortuosas, às vezes em escadaria, estreitas, para aproveitar espaço e escapar à ardência da canícula»⁽¹⁶⁾; é um nôvo testemunho de ORLANDO RIBEIRO, com o qual se identifica perfeitamente Alenquer.

Em vista disso, qual a tendência do desenvolvimento urbanístico para o futuro, tendo-se em conta o «congestionamento» do núcleo primitivo? Pode-se, desde logo, tentar duas alternativas: a primeira é a de, saindo do gargalo ou estrangulamento proporcionado pelo corte da ribeira nas camadas do complexo detrítico do Paleogênico, espriar pelo vale mais alargado a jusante, em direção e para além do bairro de Santa Catarina; ou, o que é mais viável e próximo, a de acompanhar as superfícies pouco inclinadas dos calcários referidos e em direção aos terrenos miocênicos, a sueste do núcleo antigo e dentro do bairro de Paredes. Esta última hipótese materializa-se à vista do rejuvenescimento do antigo lugar de Paredes, através de novas edificações, algumas de andar. Por outro lado, se afasta a primeira alternativa, ao menos até que surja fato nôvo⁽¹⁷⁾, em virtude de as propriedades agrícolas nas margens do curso d'água, para além do bairro de Santa Catarina, serem obstáculo à urbanização, resistindo à pressão desta. Quiçá as indústrias, pelo seu maior poder aquisitivo, venham, no futuro, quebrar ditas resistências. Ademais, excluimos uma retomada de crescimento na Baixa pela raridade de terrenos vagos ou pela grande valorização dos mesmos na atualidade; motivo pelo qual é de se admitir somente construções de muitos andares, o que poderá requerer a soma de capitais elevados, compatíveis com empreendimentos de boa rentabilidade.

Em conclusão, temos que a vila poderá crescer em direção a Paredes ou, se houver quebra dos padrões vigentes, com a demolição de velhos e pouco confortáveis casarões ou com o aproveitamento dos raros terrenos desocupados, na vertical, dentro da Baixa. Isto foi o que nos possibilitou ver um sítio

(16) O. RIBEIRO, *idem*, p. 33.

(17) Por exemplo, um plano de urbanização para a vila.

muito acidentado, responsável, talvez, pelas pulsações a que, no passado, se submeteu o crescimento da aglomeração.

Alunquer, Alonquer, Alanquer, Alemquer e Alenquer são as diferentes formas pelas quais temos visto historiadores apresentarem a vila. Isto não mostra somente as cambiantes ortográficas que os séculos foram impondo. Se fômos mais ao fundo do problema, constataremos que suas raízes estão prêsas ao desconhecimento das origens do nome e seu real significado⁽¹⁸⁾, como também a respeito da gênese e primórdios da vila.

Cipos, marcos milenários, lápides sepulcrais e moedas romanas, encontradas em escavações efetuadas na vila, sugerem uma ocupação romana, que alguns identificaram, sem fundamentos seguros, com Gerabriga. Não menos obscura é a história que se desenrola a seguir: invasões bárbaras, domínio visigótico, ocupação muçulmana e Reconquista:

Que cidade tão forte por ventura
 Haverá que resista, se Lisboa
 Não pode resistir à força dura
 Da gente, cuja fama tanto voa?
 Já lhe obedece toda a Estremadura,
 Óbidos, Alenquer, por onde soa
 O tom das frescas águas, entre as pedras,
 Que murmurando lava, e Torres Vedras.

(CAMÕES, *Os Lusíadas*, III, 61).

É nesta altura da história que marcas profundas vão sendo deixadas nas cidades e campos. E, embora ainda faltem escritos, é sensível a influência moura que a vila nos deixa ver. De resto, a tradição oral — por vezes inseparável da lenda — chega até nós. «Os mouros reinaram durante quatro

(18) JOAQUIM DA SILVEIRA, cit. por A. NASCENTES (*Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tomo II, Rio de Janeiro, 1952, p. 10), considera-o topônimo proveniente «do Latim, através de moçárabe», supondo «um latim *iuncarium*, junca, a que se aglutinou o artigo árabe, dando *al-iunquerio*, que perdeu as vogais finais segundo tendência dos moçárabes, dando *Al-iunquer* ou mesmo *Al-unquer*, sem que o *i* se consonantizasse, segundo uma tendência também moçárabe».

séculos, deixando n'este paiz e especialmente n'este concelho, monumentos de sua riqueza, perseverança e civilização... mas nas gloriosas epochas de Affonso Henriques, caíram... e foram expulsos de Alemquer e seu termo no anno de 1148 A. D.»⁽¹⁹⁾ Abre-se, por conseguinte, com a Reconquista o «denso veu que occulta os tempos» e Alenquer já passa a ter papel de destaque nos acontecimentos do país.

Reconquistada a terra, D. Afonso Henriques manda reedificar e repovoar Alenquer. E, voltando a paz, seus habitantes dedicaram-se aos trabalhos nos campos circunvizinhos. Constituiu-se uma mouraria, cujos componentes, como por toda a parte, seriam principalmente artífices e hortelões. O burgo cresceu, como resultado da riqueza e importância que experimentou, extravasando para fora da muralha. Surgiu nesta altura a Baixa, a qual, por muito tempo, passou a se contrapor à Alta antiga. O lugar prosperou a ponto de Sancho I doá-lo a sua filha Sancha, em 1211. Daí em diante, até ao século XIX, Alenquer se constituiu e é considerada «da Casa das Rainhas». Donatária de Alenquer, D. Sancha deu-lhe o primeiro foral, datado do último dia de maio de 1212. É a lei que disciplina privilégios e obrigações no ambiente comunitário e campesino; é o freio aos abusos que se cometiam, ao mesmo tempo que seu bôjo é rico em dispositivos tributários. É por êstes que vislumbramos o passado agrícola da área, pois tôdas as produções de gado, de gêneros agrícolas e do artesanato são taxadas, penetrando a recolha de impostos em algumas atividades como as «de officiaes de ferreiro, sapateiro, padeiros...».

Decorreram 300 anos e, já no reinado de D. Manuel, Alenquer teve sua legislação atualizada, a pedido da própria população. O foral manuelino de 1510 aprofunda ainda mais as taxações, e a quem interessar elementos da época encontrará nele bons subsídios para estudo, porquanto tudo recebeu tratamento.

Todavia, entre um foral e outro, não decorreram muito pacíficos os acontecimentos para a vila. De fato, encontramos o registro de alguns nela ocorridos, dos quais ressaltam flagelos à população, tais como períodos de fome, pestes, terre-

⁽¹⁹⁾ G. J. C. HENRIQUES, *ob. cit.*, p. 16.

motos, enchentes da ribeira, guerras⁽²⁰⁾: «em 1198 sofreu Alenquer uma peste que fez grande mortandade entre homens e animais»; «em 1333 veio o terrível flagelo da fome»; ao correr do século XIV, lutas intestinas e outras com seu vizinho levaram o país a guerras nas quais, pela sua proximidade da capital, Alenquer participou intensamente. Após Aljubarrota, D. João I investiu uma vez mais contra a praça forte da vila e, tendo obtido a vitória, mandou que se derrubassem partes da muralha e arruinar o castelo. Data, segundo alguns, de 1385 êste episódio que selou o destino daquela fortaleza; em 1435 ocorreram três enchentes e um tremor de terra, os quais causaram «uma fome que em 1438 ainda durava»; a população mais tarde, em 1485, encontrava-se «em pior estado», porquanto era o resultado tanto da «fome como da peste». Entre os maus acontecimentos para Alenquer, ainda no século XIV, a importância que tomara um povoado do seu termo o levou a emancipar-se desta aglomeração: «em 1318 houve a separação do logar dos Montes de Alenquer (Aldeia Galega), do termo da vila e a erecção d'esse logar em municipio separado, passando a ter a cathegoria de villa». Contudo sua sorte marcara regredir e assim o foi pelas mãos de D. Fernando I, que, em 1374, fêz «a merce de villa ao lugar de villa nova termo de Alanquer...»⁽²¹⁾. Esta mercê foi revogada pela rainha em 1383, após a morte do marido, voltando assim a vila a sua condição anterior, já que havia recebido por determinação régia o título de «muito nobre e leal».

O foral de D. Manuel não mudou o destino para a população, que foi experimentando os mesmos problemas de séculos antes: houve fome, em 1521, a ponto de o povo «estar oito dias sem comer pão», fato que se repetiu alguns anos depois (1546), quando «foi grande o aperto»⁽²²⁾. Apesar de tudo decorre tranqüilamente a vida da vila, ao longo do século XVI; cresce ainda mais sua importância e aumenta o número de seus habitantes. Alguns naturais de Alenquer destacam-se na época dos grandes descobrimentos: o piloto Pero de Alenquer singra o «mar bravio e tormentoso»; Damião de

⁽²⁰⁾ G. J. C. HENRIQUES, *ob. cit.*, pp. 16-18.

⁽²¹⁾ P.^o LUIS CARDOSO, *idem*, p. 321.

⁽²²⁾ G. J. C. HENRIQUES, *idem*, p. 18.

Góis registra os feitos do rei D. Manuel; Luiz de Camões (alguns o querem alenquerense), canta em sua obra poética:

Criou-me Portugal na verde, e cara
Patria minha Alenquer...

Mais dois séculos ficam atrás e, em 1755, o terremoto do 1.º de novembro deixa o passivo de muitas mortes e a desolação para a vila. PEREIRA DE SOUZA transcreve um trecho da *História Universal dos Terremotos*: «Alenquer padeceu grandes estragos; nas ruínas da Igreja e Convento de S. Francisco morrerão dous Religiosos, tres noviços, e 30 pessoas. Todas as Igrejas padecerão muito, só trinta casas ficarão livres de ruínas». E é ainda o mesmo autor que nos traz o testemunho da *Gazeta de Lisboa*, de 1756, a qual relata minuciosamente os estragos que se abateram sobre Alenquer: «das cazas todas desta villa e seus arrebaldes só ficaram 30 capazes de habitaçam» (23).

Passados os efeitos do terremoto grande, a vila experimentou fase de prosperidade. De tal sorte que, em 1785, constituiu-se a «correição de Alenquer», abrangendo 17 outras importantes vilas da Estremadura, como registra um autor da época, DUARTE NUNES DO LEÃO (24). Outras transformações vão ocorrendo na esfera administrativa e, por decreto de 16 de maio de 1832, Alenquer passou a «cabeça de comarca que comprehendia quinze villas» (25). Cinco anos mais tarde outra lei constitui o «concelho de Alenquer», dando-lhe os limites do mesmo. Estes contornos, anos depois (1855), seriam ampliados pela extinção do concelho de Aldeia Galega e sua anexação ao de Alenquer. Também é mais ou menos da mesma época o desaparecimento do concelho de Vila Verde dos Francos, ficando igualmente seu território anexo ao de Alenquer. São estes dois fatos que elevaram para 319 km² a superfície do concelho. Cremos que eles se ligam ao progresso da terra de Damião de Góis, tanto na produção rural, quanto

na industrial, fato que, elevando o nível econômico e político, fez Alenquer tomar decisiva atuação na vida portuguesa da época.

ASPECTOS DA POPULAÇÃO

Com 34 998 habitantes (censo de 1960), o concelho de Alenquer detém uma densidade demográfica um pouco superior à da área metropolitana de Portugal: 110 habitantes por km². Se atentarmos para o fato de que a população da vila não atinge presentemente os 10 p. 100 do total citado (2524 habitantes, de acôrdo com o último censo; cêrca de 2800, por estimativa atual), verifica-se que o povoamento, fora da aglomeração principal, encontra-se distribuído no terreno de forma regular. Esta idéia reforça-se na análise dos quantitativos populacionais das 14 freguesias do concelho: a média é de 2500 habitantes por freguesia; o recenseamento revela que, afora as freguesias urbanas, somente uma — Ventosa — tem mais de 3300 habitantes e que tão só Cabanas de Torres possui menos do que 1300 habitantes. Portanto, é concelho bem povoado ou, melhor, com boa distribuição populacional (fig. 3), atestada pela já mencionada pequena urbanização da vila e pelo fato de os aglomerados do interior — Abrigada, Merceana, Camarnal, Ota, Vila Verde dos Francos, Carregado, etc. — não só deterem pequena parcela da população, como não parecerem ter tendência para formarem pólos de atração para os habitantes do meio rural circundante.

Por estarmos distantes do último censo, resolvemos observar alguns aspectos da população, aplicando ocasionalmente questionários que abrangem quase 10 p. 100 dos habitantes estimados (fig. 6). Embora sem pretender rigor estatístico, dos elementos coletados resultam certas tendências: desde logo ressaltou a preponderância do elemento do sexo feminino: 128, contra 104 do masculino. Infere-se da amostragem que este aspecto terá continuidade para o futuro, de vez que, com idades inferiores aos 15 anos, o sexo feminino é mais numeroso: até aos 4 anos, 11 meninas e 6 meninos; 7 meninos com idade entre 5 e 9, e 13 meninas com a mesma idade; 11 e 9 meninas e meninos, respectivamente, entre as idades de 10 e 14. Ainda, no aspecto quantitativo, a pirâmide de idades

(23) F. L. PEREIRA DE SOUZA, *idem*, pp. 485 e 487.

(24) *Descrição do Reino de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, 1785.

(25) G. J. C. HENRIQUES, *ob. cit.*, p. 18.

chamou-nos a atenção para o fato das barras representativas da infância e da juventude encontrarem-se menos desenvolvidas que as classes da população adulta. Assim, até à idade dos 9 anos as barras aumentam de uma classe para outra; no entanto, na classe dos 10 aos 14 anos diminui, em relação à anterior, o elemento feminino e aumenta o masculino; ambos diminuem para a classe dos 15 aos 19 anos, enquanto aumenta o feminino entre os 20 e 24 anos, quando diminui o masculino. A partir dos 25 anos ambos os sexos

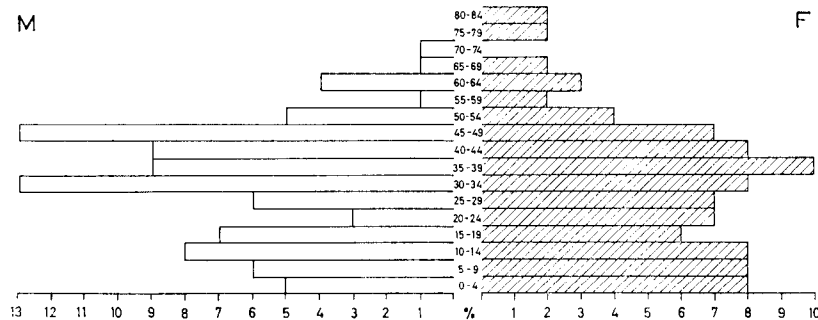


Fig. 6 — Pirâmide de idades referente à amostragem da população indicada no texto.

tornam-se mais representativos em quantidade, engrossando-se o meio da pirâmide até aos 29 anos. Aliás, entre os 25 e 49 anos a população se mostra mais densa, em relação às suas bases, concentrando boa parte da amostragem: 105 habitantes, isto é, quase 50 p. 100 dos atingidos pelo inquérito e, o que é importante, em apenas 5 das 17 classes de idades estudadas. Dos 50 anos aos 84 anos as colunas vão decrescendo sensivelmente. Acima dos 74 anos não há representantes masculinos, havendo, no entretanto, 3 mulheres para cada classe de 75-79 e 80-84 anos. A parcela populacional estudada revela, ainda no aspecto de idades, que há um adensamento dos adultos — 135 pessoas — contra uma classe de jovens (menos de 20 anos) representada por 73 pessoas e uma classe de idosos (mais de 60 anos) com apenas 24 pessoas. Conclui-se, por conseguinte, que a uma maior quantidade de pessoas potencialmente ativas se contrapõe uma pequena carga de idosos e de jovens. Estes, se representam hoje menor peso nos encargos familiares e das autoridades educacionais,

conduzem a se pensar em problemas de mão-de-obra para o futuro, caso se mantiver o desequilíbrio da base da pirâmide.

Distribuindo-se as 232 pessoas por fogos, nota-se existir menos do que 4 indivíduos por habitação: 3,6. Este número, portanto, fica abaixo dos habitantes por fogo estipulados para Portugal. No que diz respeito aos filhos, registraram-se menos do que 2 por família (1,7). Do total de filhos, 75 são dependentes da família, cooperando os 6 restantes no sustento da mesma, através de atividade remunerada. Por outro lado, dos totalmente dependentes, deve-se salientar os que estudam: 44, sendo que 18 frequentam a escola primária, 22 a secundária e 4 a superior. Outros encargos para a família puderam ser arrolados: um total de 13 empregadas, desigualmente distribuídas pelas famílias (3 declararam ter 2 empregados domésticos, famílias abastadas, portanto); outros familiares não ativos, pelas avançadas idades (caso do pai e mãe de um dos cônjuges), perfazem um total de 14 pessoas. Nenhuma família declarou ter filhos adotivos.

Procurando encontrar uma possível imigração, notamos que grande parte das famílias formou-se na própria vila: 64 p. 100. Os restantes 36 p. 100 têm procedência pulverizada por 17 localidades (fig. 1 e 2), das quais ressaltamos: Covilhã, 4 casais; Lisboa, Cascais, Faro, com 2 casais cada; Sabugal, Évora Monte, Alverca da Beira, Vila Nova da Cerveira, Moncorvo, Portalegre e Vila Franca de Xira, com 1 casal cada. Por outro lado, destacam-se Carregado, Meca, Pedrulho, Ota, Palhacana e Cortegana, todas localidades do concelho, também com um casal cada uma, o que evidencia a reduzida atração que a vila exerce sobre sua própria área rural. De qualquer forma, não deixam de ser expressivas estas migrações, cujas causas estão intimamente ligadas à necessidade de mão-de-obra para as indústrias de Alenquer (mão-de-obra qualificada, no que diz respeito aos que provêm de Covilhã), às transferências de militares para a base aérea de Ota e aos novos empregos nas indústrias instaladas recentemente na área do Carregado. Estes aspectos do local de trabalho serão vistos adiante.

Das famílias entrevistadas apenas 17 são proprietárias de sua habitação. As demais pagam aluguéis variáveis entre 80\$ e 800\$: 5 pagam aluguéis entre 101\$ e 200\$; 15, entre

201\$ e 300\$; 9, entre 301\$ e 400\$; 8, entre 401\$ e 500\$; e, acima de 501\$, estão 6 famílias. A maioria dos proprietários somente o são de suas casas de moradia, havendo entre êles 4 donos também de outra na própria vila. Declararam-se proprietárias rurais 11 famílias; devido à grande área agrícola do concelho, talvez se pudesse esperar uma representação mais elevada.

Examinando a atividade remuneradora da porção populacional inquirida, constatamos que o sector terciário absorve a maior parte da mão-de-obra, ou seja, 56 pessoas; 13 encontram-se no secundário e apenas 2 no sector primário. Chefes de família inativos eram apenas 2. Os serviços públicos ocupam quase a metade dos assalariados pelo sector terciário. Compreenda-se, no número, tanto os militares das bases aéreas de Ota e Alverca como os da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e funcionários da Câmara Municipal de Alenquer. Nos serviços bancários e nos transportes declararam-se, respectivamente, 2 e 5; da atividade comercial viviam 11 famílias; 14 dos serviços gerais (barbeiro, mecânico, latoeiro, etc.); e 1 do profissional liberal (advogado).

O sector primário, no que se refere à participação dos habitantes do aglomerado, teve maior importância no passado. Persiste, no entretanto, ligado a êle, um ponto de reunião (a «praça dos homens») ao fundo da Rua Direita da Praça. Êste recanto, ao amanhecer, regurgitava de trabalhadores rurais, os quais ali aguardavam a hora de receberem propostas, seguindo a que mais lhes satisfizesse. Assim, era cena cotidiana há alguns anos a procura de trabalho, com o conseqüente burburinho junto ao fontanário. Ali cêrca de 60 a 100 homens apresentavam-se para jornada agrícola. Na atualidade baixou consideravelmente o número de interessados neste gênero de assalariamento e de trabalho. Ninguém estranhará se, dentro em pouco, esta forma de angariar braços em Alenquer vier a desaparecer, apesar de se atribuir à vila estreitos laços com o campo. A frequência diária, no presente, atinge por vêzes uma dezena de pessoas e somente na época de maior paga — na altura da «cava», em janeiro, ou da vindima, em setembro — os camponeses se elevam para 30 ou 40. Dentre êles não ressalta o habitante da vila; a maior parte dos que se oferecem ao trabalho rural

são das redondezas. Oscilante e bastante precária também é a nova praça dos homens surgida no bairro de Paredes. Ali, junto ao campo de futebol, pouco mais, pouco menos do que uma dezena de homens procura trabalho, nos campos vizinhos. O afluxo só aumenta quando surge algum proprietário rural que, necessitando de mão-de-obra, eleva para mais de 100\$ a paga diária. Isto tanto vale para esta praça como para a anterior e unicamente nos períodos de maior atividade nos campos. De resto, os homens que vão à praça são cada vez menos expressivos em número e mais avançados em idade. Os jovens quase se afastaram por inteiro da praça dos homens, não só por serem pouco atrativos os salários e dura a tarefa como também pelo fato de as indústrias da vila, da zona do Carregado ou da vasta região industrial que se estende até Lisboa, lhes oferecerem maiores possibilidades. Ademais, sazonal com é a faina agrícola, não dá aos que dela vivem, no dia-a-dia, a segurança de um emprêgo permanente e salários fixos que os outros misteres podem dar.

Quanto aos locais de trabalho, que a referida amostragem possibilitou, assim se distribuíam (fig. 1 e 2):

Alenquer	50	Ulamar	2
Carregado	7	Alverca	2
Ota	7	Coimbra	1
Lisboa	2		

Tanto quanto se pôde observar, parece não haver grande migração da mão-de-obra dentro dos setôres. Declararam ter tido outro emprêgo há menos de 2 anos apenas 3 pessoas; há 5 anos, 2; tinham outra profissão há 10 anos 7 pessoas.

Quanto ao aspecto do crescimento da população da vila servem-nos não só os elementos censitários como outros que coletamos diretamente nos registros da Conservatória do Registo Civil. O censo de 1960 atribui a Alenquer 52 nascimentos, enquanto se registraram 37 óbitos durante esse ano e nenhum nado-morto. Compare-se, agora, aos dados de 1966: 44 nascimentos, 2 nado-mortos e 57 óbitos, entre adultos e crianças. Neste ano estimava-se em 2800 os habitantes da aglomeração, contra os 2524 recenseados em 1960. Observando, de modo global, as duas freguesias, de Santo Estêvão e de Triana, tanto na parte urbana como na rural, chegaremos

aos seguintes números: em 1960, 8207 habitantes, 106 nascimentos, 5 nado-mortos e 85 óbitos; para 1966, os números foram de 99 nascimentos, 5 nado-mortos e 112 óbitos. Em todo o concelho somam-se 34 998 habitantes, em 1960; 503 nascimentos, 17 nado-mortos e 319 óbitos. Seis anos após: 481 nascimentos, 17 nado-mortos e 339 óbitos.

Estes números permitem extrair algumas conclusões: a principal liga-se ao envelhecimento da população da vila.

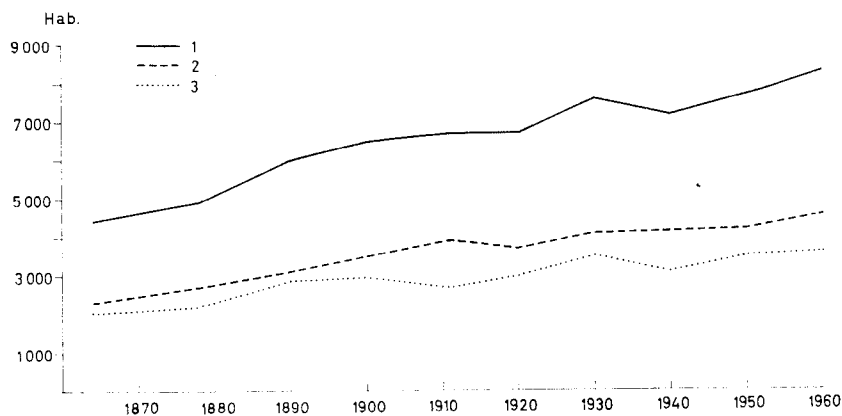


Fig. 7 — Evolução da população de Alenquer.

1 — Total das duas freguesias; 2 — Freguesia de Santo Estêvão;
3 — Freguesia de Triana.

Veja-se, por exemplo, que, em relação à data do censo, diminuem os nascimentos em 1966, tanto para a vila, nas duas freguesias urbano-rurais, como para o total do concelho; ao lado do decréscimo dos nascimentos, um aumento do número de mortos. Todos os nascimentos da vila, a partir do censo até 1966, somam 341, enquanto a soma dos óbitos atinge 294; com isto, a população da vila, se considerada isoladamente, passaria de 2524 para 2571. Há contudo ingressos de elementos vindos de outras áreas. Mas, mesmo assim, tem-se idéia de que a vila não está tendo um incremento populacional digno de nota. Entre os censos de 1878 e 1960 (fig. 7) os habitantes da vila aumentaram em 68,5 p. 100, enquanto, no mesmo período, cresceram 76,7 p. 100 em todo o concelho. Isto, logicamente, resulta de um saldo fisiológico mais acentuado para

o concelho. Senão vejamos: em 10 anos (1957-1966), dentro do concelho, nasceram 5281 crianças e registraram-se 3272 óbitos. Há, por conseguinte, um incremento de mais de dois milhares. Na vila, durante o mesmo período, houve 561 nascimentos e 453 óbitos, pouco ultrapassando o saldo de 100 pessoas. Por outro lado, a média anual de nascimentos é de 528 e 56, para o concelho e para a vila, respectivamente; na mesma ordem, a média de óbitos é de 327 e 45. Examinando os óbitos urbanos por idades, ressalta que, do total de 453, a maior parte (343 casos) enquadra-se na classe superior aos 51 anos; entre 11 e 51 anos, 57; 8, entre 1 e 10 anos; 23 com menos de 1 ano, e 22 nado-mortos. Na área rural das duas freguesias citadas encontramos mais ou menos a mesma frequência: 341 mortos com mais de 51 anos; 56 entre os 11 e 51; 12 entre 1 e 10; 43 com menos de 1 ano e 35 nado-mortos. Aqui poderá se compreender o aumento das duas últimas cifras, não só porque o meio rural é mais populoso do que o da vila, como também porque aquêle é menos dotado de recursos médico-sanitários. Outros fatores poderão estar afetando os movimentos que os números aqui estampados atestam.

FUNÇÕES E ESTRUTURA DA VILA

A Alenquer de hoje não se desvincula da vila de muitos séculos atrás. Como se referiu no estudo do sítio, o aglomerado tem como núcleo genético a Alta. Os limites do velho núcleo medieval são difíceis de precisar. Falam os historiadores das muralhas que circundavam o outeiro onde se erguia o castelo e em cujo interior se encontrava o casario que mais tarde extravasou para fora dos muros defensivos pelo crescimento urbano. «A coesão das habitações fez-se por motivos de defesa, contra os piratas do litoral, as hordas de salteadores, os pastores da montanha. Esta mesma razão presidiu à escolha do sítio: grande número de povoações antigas ergue-se no alto de montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e os caminhos. Aí as casas apinham-se, separadas pelas ruas estreitas e íngremes, sombrias, como convém ao clima soalheiro, animadas pela vizinhança, fermento de vida urbana, que aqui (no Mediterrâneo) se desenvolverá primeiro

do que no resto de Europa» (26). Da citação onde tão bem se enquadram a situação e os aspectos de Alenquer (mais parecendo que foi olhando para ela que surgiu aquela definição das vilas alcandoradas de Portugal), do passado da vila e de sua fisionomia no presente, se é levado à afirmação de que foi defensiva sua primeira função. De fato, do alto da colina, o castelo era a praça inexpugnável que repelia tôdas as investidas que contra o aglomerado se intentassem. Ademais, «... Alenquer foi importante ponto estratégico; porque apresentava vantagens militares que foram aproveitadas durante dez séculos...» (27). Após 1385, por obra de vingança, o Mestre de Aviz, desejoso de desforra aos alenquerenses leais à rainha D. Leonor, mandou derrubar a torre de menagem e retirar os cunhais, fato que acarretou a ruína total do castelo (28).

Pacificada a região, foi fácil à população buscar melhores terrenos para edificar suas moradias, mesmo porque, mudadas as táticas de guerra, nada mais justificava a expansão da vila ao redor de um castelo arruinado, em encostas íngremes, por de mais desfavoráveis ao harmonioso desenvolvimento do aglomerado. Surge então a Baixa, fruto daquele extravasamento, ocupando, mais ou menos desordenadamente, ambas as margens da ribeira. A vila então se expande e as construções vão ocupando todos os terrenos planos disponíveis, indo aos poucos galgando a meia encosta, ligando-se assim Alta e Baixa.

A indústria — Aparecendo na altura (e como eco) da industrialização que experimentou a Europa em meados do século XVIII, para a época, o surgimento de indústrias em Alenquer revestiu-se de grande importância, constituindo a maior pulsação da vida económica da vila. De fato, tendo bom caudal d'água para as diferentes utilizações industriais (força motriz, lavagem dos tecidos, preparo da pasta de papel, etc.), estando próxima do mercado consumidor, fornecedor de matérias-primas e de operários especializados, que era Lisboa, Alenquer viu-se bafejada por um desenvolvimento

(26) O. RIBEIRO, *ob. cit.*, p. 32.

(27) G. J. C. HENRIQUES, *ob. cit.*, p. 6.

(28) JOÃO MARIA BAPTISTA, *ob. cit.*, p. 362.

extraordinário. Nela foram implantadas uma fábrica de papel (est. IV) em 1805 e três importantes fábricas de tecidos (est. II, B, e III, B), sucessivamente, em 1838, 1872 e 1889.

Não tardaram, todavia, os primeiros reveses. Crises económicas levaram, na entrada deste século, a situações de angústia e mesmo à paralisação total, com dispensa do operariado; declinou, com êstes acontecimentos, o crescimento e a importância da vila. Entretanto, os capitais ganharam novo vigor e as indústrias voltaram a operar até o momento em que, novamente, são surpreendidas pelas oscilações dos negócios. Chega-se à conclusão de que é neste jôgo pendular que se encontra a história da indústria local, cujo fio não só é arredo, como escapa ao alcance deste trabalho, embora empolgue quem deseja retratar a vida da vila cuja fisionomia atual prende-se tanto ao passado. Pode-se vislumbrar êste passado recuando apenas alguns séculos. BORGES DE MACEDO aponta ter havido na vila algumas saboarias dos fins do século XVII ao início do século XVIII (29); nos dias que correm nada resta dêste tipo de fabricação. Os mais antigos locais de transformação de matéria-prima de que se tem notícia foram, todavia, moinhos e lagares. P.^o LUÍS CARDOSO nos dá conta que, pelo ano de 1303, o rei D. Diniz dera licença a Lourença Martins «para fazer hum moinho no seu lugar de Santa Catarina na Ribeira desta villa; creio que este moinho é o que hoje se chama da Romeira»; e mais adiante «... e tão bem deu licença no mesmo anno a Domingos da Gaya de Lisboa e a sua mulher Marinha Annes para fazerem outro moinho na Ribeira de Alanquer» (30). Das necessidades de uma população pouco numerosa, mas não menos ativa, também nos revela o mesmo autor que o curso de água «do nascimento para baixo tem quatorze moinhos, e nestes quarenta e quatro mós de moer grão todo o anno, e em muitos delles lagares de azeite. E do nascimento athe perto donde principia a Serra de Montejunto e perto do lugar da Dospedados, ha muitos moinhos que por não moerem todo o anno

(29) JORGE BORGES DE MACEDO, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963, p. 25.

(30) P.^o LUÍS CARDOSO, *ob. cit.*, p. 319.

são de menos nome»⁽³¹⁾. As mutações econômicas, bem como as próprias enchentes da ribeira, fizeram desaparecer os vestígios dos moinhos e lagares. Por outro lado, curtumes e fornos de cal não passaram de atividades esparsas que os anos levaram. «É sabido que são frequentes nesta região de gados os testemunhos de actividade doméstica e officinal de curtimenta (na própria zona de Alenquer)»⁽³²⁾. Mas não foram só as águas, o tempo e as mutações econômicas que levaram ao fechamento das fabricações de Alenquer. As invasões francesas deram para tal fato também sua contribuição através de incêndios e destruições que atingiram ainda o setor agrícola e pastoril. Passadas aquelas tropelias tratou o País de erguer-se. «Em fins de 1813 foram dadas instruções gerais sobre o recomeço das actividades fabris. A fábrica de papel de Alenquer, o filatório de Tomar..., receberam em officio essas expressas indicações, porquanto não recomeçavam por si ou trabalhavam em baixo rendimento. A situação era semelhante em todas estas empresas (excepção feita a Alenquer): o recomeço da actividade apresentava-se ruinoso.»⁽³³⁾ Ao declinar do século XIX contava Alenquer, além da citada fábrica de papel, com três grandes fábricas de lanifícios e com os artesanatos indispensáveis à população. Mais tarde, já no século atual, modernizou-se o moinho, podendo enquadrar-se no número das indústrias importantes da vila. E no rol inclui-se ainda uma fábrica de refrigerantes.

Qual é o panorama industrial de hoje? Para responder teremos de dar as alterações recentes no quadro enumerado. Uma fábrica de lanifícios desapareceu, e os últimos pavilhões não resistiram à urbanização efetuada na Baixa quando da retificação do curso da ribeira. Uma outra, não tendo podido resistir à evolução da conjuntura econômica, deixou de operar; seus amplos e velhos pavilhões (levam a data de 1872) hoje abrigam um aviário, cuja sorte está marcada pelas negociações que visam reimplantar no local uma indústria moderna (est. II, B). Restam, portanto, quatro estabelecimentos industriais importantes para a vila, abstraindo-se os

(31) P.º LUIS CARDOSO, *ob. cit.*, p. 330.

(32) J. B. DE MACEDO, *ob. cit.*, p. 69.

(33) IDEM, *ibidem*, p. 241.

referidos artesanatos (como, por exemplo, a de montagem ou reparação de mobiliário, a de azulejos, a de esquadrias metálicas, etc.), que existem apenas em função do exíguo mercado local e que foram excluídos do inquérito realizado.

A heterogeneidade dos estabelecimentos e da maior parte dos elementos colhidos torna difícil a confecção de tabelas e gráficos que, num relance, deixassem antever a estrutura dos mesmos. Por outro lado, por seu reduzido número, estimulam um resumo de sua situação atual e de como participa a indústria da vida de Alenquer. Em meados do ano, quando coletamos os dados para este trabalho, as indústrias acima citadas apresentavam-se desta forma:

a) Quanto aos capitais que as constituíam, eles tinham diversas procedências, entre as quais avultavam os da própria vila, os de Lisboa e os de Castanheira de Pêra, sendo estes também os locais de residência dos proprietários ou dos sócios.

b) Quase tôdas as indústrias foram *implantadas* há muitos anos; a mais recente data de 1925. Uma teve seu edifício construído em 1889, mas, passando por diversas crises, permaneceu fechada entre 1949 e 1952; uma transação a passou para novas mãos, que puseram de lado muitas das velhas máquinas, reequipando-a. Outra, talvez a mais antiga, tem suas raízes no século XVII, embora a atual administração esteja constituída desde 1932; está passando por fase de modernização, procurando colocar seu equipamento à altura de uma desejada especialização. Uma outra ainda tem seu passado obscuro, porquanto, ao correr dos séculos, passou por muitas mãos; da forma com que se apresenta data de 1956 e teve sua maquinaria completamente substituída em 1957. A que enumeramos como mais recente, por força da concorrência obrigou-se a modernizar tôda a aparelhagem em 1963. Com isso chega-se à conclusão de que quase tôdas estão atualizadas em sua estrutura interna, ou, se não, ao menos se preparam para enfrentar o ritmo de produção que exige a moderna economia.

c) Estas indústrias empregam 286 operários e mais 16 pessoas no sector administrativo, o que perfaz um total de 302. O número de operários é significativo se atentarmos que existem apenas quatro estabelecimentos e que ele representa 10 p. 100 da população total da vila (atribuindo atual-

mente a Alenquer uma estimativa de 2800 habitantes). Notamos grande participação do elemento feminino (160 mulheres), o que pode ser explicado, em parte, pela natureza dos trabalhos que não exigem muita força muscular, em vista da elevada participação de máquinas modernas nos processos de elaboração, ou pelo fato de as empresas terem neste tipo de mão-de-obra uma carga bem menor na rubrica salários. Esta hipótese parece se confirmar se atentarmos que é nesta categoria de operários que se encontram as médias mais baixas de idade (no conjunto do elemento feminino a idade média anda ao redor dos 18 aos 22 anos). Isto poderá explicar também a relativa juventude dos trabalhadores: uma média variável entre 35 e 40 anos. No entretanto, entre os homens, a média sobe para 40-50 anos de idade, tendo-se nesta categoria registrado a idade mais avançada: 64 anos. Estas cifras levam-nos a concluir que o operariado em questão, em sua maioria, encontra-se potencialmente capaz e dentro dos limites considerados ideais para o trabalho em indústrias.

d) Quanto às *origens dos operários* podemos desdobrá-las desta forma: cerca de 80 p. 100 dos trabalhadores nasceram e moram em Alenquer; os restantes 20 p. 100 moram na periferia ou sua procedência liga-se a Leiria, Santarém, Viseu, Olhalvo, etc. Os poucos que residem na periferia têm sua família ligada às lides agrárias e deslocam-se a pé ou de bicicleta até o local de trabalho. As indústrias locais não chegam, no nosso entender, a constituir causas de êxodo rural.

e) As *matérias-primas* também não causam tropeços às indústrias, que as adquirem no país ou no exterior (por exemplo, trigo da Espanha, celulose de Angola). Por outro lado, Lisboa, Porto, Aveiro, Covilhã, Torres Novas, são os principais mercados abastecedores, dando-se a maior parte das compras nos dois primeiros.

f) As *vendas* são efetuadas diretamente aos compradores, não existindo intermediários ou agentes vendedores. Apenas uma das indústrias opera em regime «sob encomendas» e encara este fato como entravante da produção em massa, mas não deixa de fazê-lo devido ao fato de ser assim o mercado e de as «encomendas» atingirem menos da metade da produção. As demais indústrias operam no regime de pronta entrega: uma atende apenas Alenquer, vila e zona rural;

outras entregam o produto acabado em Lisboa, Porto, Coimbra, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, etc. Novamente Lisboa e Porto detêm o máximo de comércio, absorvendo a maior parte da produção local.

g) Os *prazos* de pagamento não preocupam a totalidade dos estabelecimentos fabris, pois a modalidade usual é «à vista», atingindo um máximo de 90 dias. Em apenas uma indústria é usado um prazo considerado muito longo: 9 meses; no entretanto não é habitual a sua concessão pelos óbvios motivos de que não só oneram os custos como exigem elevado capital de giro.

h) A *camionagem* é intensa, por ser ela o meio de transporte para o escoamento da produção e para o ingresso das matérias-primas nas indústrias.

Não está isenta de problemas a indústria local. Embora nenhuma tenha acusado os de ordem econômica, é de se prever que eles existam. Todavia, a concorrência foi apontada como problema em três das quatro entrevistas, quando, na realidade, é uma decorrência da própria evolução dos negócios. Um outro problema mais ou menos cíclico foi apontado: o da água. Todas as três indústrias que necessitam de muito líquido são possuidoras de mananciais próprios, pela perfuração de poços e instalação de bombas. Não resta dúvida que esta solução foi considerada dispendiosa pelas empresas em questão, mas nem por isso soluciona inteiramente a falta d'água, em especial na estiagem, quando vão diminuindo os depósitos subterrâneos, embora a bombagem para Lisboa permaneça no mesmo ritmo.

Em conclusão, pudemos perceber três lances históricos da indústria de Alenquer: o dos moinhos e lagares; o das saboarias e fornos de cal; o do papel, dos tecidos e dos refrigerantes; a par destas indústrias têm existido artesanatos de atendimento local. Todas, no entretanto, ocupam boa parte da mão-de-obra local, a qual, embora não especializada, participa com sua produção na competição que se trava no mercado interno.

Os serviços — Embora sejam estes considerados da própria essência das cidades ou, neste caso, da vila, desejamos levá-los na devida conta, por importantes ou por indispen-

sáveis à interpretação e entendimento da Alenquer de hoje. Por ser sede de concelho e cabeça de comarca destacam-se, entre os demais, os «serviços públicos». Para uma vila que, a partir do século XIII, entra no rol da «Casa das Rainhas», não admira que desde então tenha exigido da municipalidade desvêlo mais acentuado na administração. Chama-nos a atenção, a propósito do assunto, ORLANDO RIBEIRO, ressaltando a importância de Alenquer como centro administrativo, quando analisa o panorama ao sul do Mondego após a Reconquista: «Certas circunscrições passaram, sem grande alteração de limites, ao domínio cristão. No centro da Estremadura, Santarém, Óbidos, Torres Vedras, Alenquer, Lisboa e Sintra eram já, no tempo dos Árabes, os principais núcleos de administração e assim continuaram depois da Reconquista ...» (34).

A importância de Alenquer como centro administrativo foi crescendo, chegando na primeira metade do século passado a absorver em seu favor os antigos concelhos de Vila Verde dos Francos (1854) e de Merceana (1855), assim permanecendo até hoje. Por outro lado, a fase de desenvolvimento da vila, em função do surto industrial do século passado, permitiu às autoridades instalarem-se em prédio adequado. Daí o imponente edifício, erguido a partir de 1887 e inaugurado em 1890, no qual se alojam os diversos departamentos do município, de segurança, do registro civil e predial, do judiciário, etc. (est. IV, B). Desta forma, se, por um lado, o público ficou melhor servido com a concentração das repartições, por outro, experimentou a desvantagem de ter de subir para a Alta. Também aqui estão os demais serviços, tais como os dos correios, telégrafo e telefone; os de aferição de pesos e medidas; de saúde pública, com hospital e abrigo; as escolas de Santo Estêvão, Conde Ferreira e Colégio Damião de Góis; em função do fóro, alguns advogados instalaram suas bancas próximo ao Tribunal de Justiça. Na Alta também foi erguido o presídio municipal, em substituição da antiga, inadequada e pequena masmorra da Rua Maria Milne Carmo.

A vila é razoavelmente servida de água tratada, de energia elétrica, de telefones, de limpeza urbana e de esgotos. Pre-

(34) ORLANDO RIBEIRO, *Geografia de España y Portugal*, tomo V, 1.ª ed., Barcelona, 1955, p. 88.

sentemente, segundo informação da secretaria da Câmara Municipal, servem-se de água tratada 1405 consumidores, aqui incluídos os estabelecimentos industriais e comerciais e as residências. Por outro lado, pode-se considerar Alenquer como sendo vila limpa, mesmo levando em conta o precário e empírico sistema de coleta de lixo domiciliar: uma carroça percorre as ruas, recolhendo os resíduos para despejá-los a céu aberto, a título de entulho, em terrenos desocupados (35). Telefones e eletricidade contam, respectivamente, 315 assinantes e 1348 consumidores; destes últimos, 960 são residenciais, 313 comerciais e 75 considerados industriais. Os telefones não eram automáticos até meados do ano passado e atendiam então precariamente os utentes, que consideravam o serviço lacunoso. Brevemente será inaugurado amplo e moderno edifício, especialmente construído na Rua Direita da Praça, para abrigar a nova central automática (est. VII, B). Ao que parece também serão ampliados nessa altura os ramais dentro da vila e a remodelação e modernização da rede beneficiarão as localidades de Ota e Abrigada, numa primeira fase, e Olhalvo e Merceana, posteriormente. O calcetamento das ruas atingiu a quase totalidade da vila, salvante os bairros de Santa Catarina e Paredes onde, principalmente neste último, ruelas e ruas são de terra batida. Aliás, êstes dois bairros ressentem-se de alguns problemas: aqui falta iluminação pública noturna; ali, ruelas que não se beneficiaram de esgôto ou água, correndo aquêle para a vala a céu aberto; acolá, a poeira das ruas penetra casas adentro. Ao que tudo deixa ver, as casas foram erguidas anárquicamente, ao sabor dos desejos dos proprietários, sem prévia consulta à municipalidade, ou, o que é mais provável, se submetendo ao que pode proporcionar uma topografia hostil à urbanização ou fugindo a terrenos muito valorizados.

Quanto aos serviços de bancos (crédito, depósitos e de giro monetário), são realizados por meio de uma agência, de dois escritórios de representação bancária e de duas agências

(35) Ao final da coleta de dados em Alenquer vimos circular um pequeno trator com caçamba, adquirido pelo município para atender melhor a coleta de lixo urbano, podendo então aposentar o velho burro e a carrocinha...

de caixas de crédito. Talvez a proximidade de Lisboa justificasse um menor número de casas ligadas aos serviços bancários. Sendo, no entanto, o concelho de Alenquer bom produtor agrícola, com vasta área de policultura, por um lado, e, por outro, tendo dentro da vila algumas indústrias, ressalta desde logo estarem os aludidos serviços presos a estas duas atividades econômicas, mais do que ao comércio e à poupança da população. Não fôsse esta situação, pareceriam supérfluos tantos estabelecimentos em relação à população de vila.

O comércio — O passado comercial de Alenquer mergulha nos tempos anteriores à Reconquista, quando os árabes poderiam ter armado uma rede de trocas, razoável para a época; a existência de uma mouraria é indicativo da importância da vila no tempo da Reconquista. Por outro lado, a presença na Alta antiga do bairro da *Judiaria* (est. V, A) testemunha um núcleo judaico considerável e que, por certo, esteve estreitamente ligado a atividade comercial.

As atuais atividades comerciais podem ser divididas em dois tipos: o comércio permanente e o esporádico, ambulante, bem representado pelo «mercado mensal». O primeiro destes dissemina-se pela vila, procurando sempre as melhores posições face à topografia e aos eixos principais da circulação. Os estabelecimentos comerciais mais importantes, de maior volume de negócios, mais especializados e de melhor aspecto, ocupam a margem esquerda da ribeira, ao longo da Avenida Eng.º Duarte Pacheco, surgida após a retificação do curso d'água (fig. 5, A e B), e em ambos os lados da Rua de Triana (est. V, B). É nesta última que vamos encontrar a maior diversificação de estabelecimentos comerciais, juntamente com cafés, algumas oficinas pequenas, padaria, farmácias: é a rua movimentada da vila. Tem ela desempenhado função de verdadeira «rua direita», ligando os extremos da vila, pondo a Alta em comunicação com os dois eixos principais de transportes rodoviários, isto é, com a auto-estrada, para quem vai ao bairro de Santa Catarina com destino a Lisboa ou em direção ao Norte do País, e com a estrada que penetra pelo interior do concelho, ligando-o ao de Torres Vedras.

Favorecida pela circulação de veículos e pela suavidade da topografia que a ribeira moldou, não admira que a Baixa tivesse procurado tirar vantagem, apresentando-se nos mais ativa que a velha Alta. Assim, é na Baixa que se adquirem tecidos, materiais para construção, medicamentos, artigos de papelaria, louças e ferragens diversas, aparelhos eletrodomésticos, gêneros alimentícios, etc. E, por ter este comércio se expandido, graças não só à retificação da ribeira como também ao subsequente surto de construções, em cujos amplos e modernos edifícios puderam instalar-se muitos estabelecimentos, é fácil concluir serem estes os que absorvem a maior parte da clientela da vila e da área rural periférica. Todavia, nem todos os estabelecimentos da Baixa são modernos. Há os que, ocupando estreitos espaços em velhos casarões, não puderam acompanhar o ritmo de progresso; são pequenas lojas, cujas portas encontram-se atravancadas com caixotes e mercadorias as mais diversas, mal deixando ver no interior escuro a moradia ou a escada que leva ao andar superior onde, quase sempre, mora o comerciante. Este comércio, por vêzes antigo, parece pouco flexível e dificilmente evolucionará. Lado a lado, portanto, encontramos um comércio antigo, geralmente misto, e um comércio mais recente, adaptado às exigências dos tempos que correm.

Para o outro lado da ribeira, percorrendo a Alta e a Baixa da margem direita, também encontramos um comércio fixo, do tipo tradicional, vendendo ao mesmo tempo gêneros alimentícios, fazendas, ferragens, etc., salvo algumas poucas exceções. A explicação da relativa estagnação deste comércio está não só no fato de que serve uma população menos numerosa, de menor capacidade aquisitiva em sua maior parte, como também pela dificuldade de acesso na Alta, e de circulação na Baixa antiga. Na Alta, as ladeiras íngremes, tortuosas, pouco convidativas e muito desfavoráveis à circulação, e na Baixa, as ruelas medievais, estreitas, serpenteiam pelo aglomerado, que denuncia moradores de poucos recursos, dificultam o trânsito normal de um lado e, de outro, o desenvolvimento de trocas em ritmo mais rápido e em maior volume; são assim exíguas as possibilidades de um rejuvenescimento do comércio aí instalado.

O comércio itinerante, ou o que se fixa por um dia apenas, sob a forma de «mercado mensal», atrai de modo espasmódico vendedores e compradores (est. VI, A e B). Aqueles, «tentando a sorte», como dizem; êstes, aproveitando, na maioria das vezes, a ida à vila para outros afazeres, adquirem o que lhes falta. Estas afirmações estribam-se nos resultados de inquérito realizado numa das tantas «segundas-feiras seguidas ao segundo domingo do mês». Das entrevistas com «feirantes» e das observações de então ⁽³⁶⁾ destacamos alguns tópicos:

a) Observando os compradores chegamos à conclusão de que a maioria procedia do campo e que, por necessidade de ir ao médico, à farmácia, à Câmara ou para alguns outros misteres, aproveitava para fazer compras. Por outro lado, a população da vila pouca importância dá ao mercado mensal, em virtude de o mesmo não oferecer vantagem alguma em preço face ao comércio estabelecido. Aliás, em certos casos, êste último se beneficia do movimento que o mercado provoca, não só pela citada paridade de preços como também pela maior confiança, ou pelo maior crédito que os estabelecimentos podem oferecer aos fregueses.

b) Queixavam-se, entretanto, os feirantes do baixo movimento que vinha se registrando naquele dia. O fato era, todavia, encarado com alguma naturalidade por três razões: o mercado estava coincidindo com a colheita de cerejas e cereais nos arredores, que ocupava os possíveis compradores vindos do campo; a concorrência de alguns mercados da periferia; ainda não ser altura do grande movimento, em Alenquer, da comercialização dos dois principais produtos da área: o vinho e o azeite. Ambos êles, e em maior escala o primeiro, constituem os «termômetros» dêste mercado e de alguns dos da área circunvizinha; em ano de boa colheita, a prosperidade geral chega à tenda do feirante ⁽³⁷⁾.

c) A referida feira ou mercado mensal dá mais vida à vila do que a vila dá ao mercado. Pelo que expusemos ante-

⁽³⁶⁾ Mercado do dia 15 de maio.

⁽³⁷⁾ Na verdade, o ano de 1967 deu boas safras, porquanto no mercado de 13 de novembro constatamos grande movimento: havia, em relação ao anterior, maior número de compradores e de vendedores. Não faltava o ruído, por altifalantes, dos vendedores de cobertores e de remédios.

riormente, denota-se que o comércio fixo serve perfeitamente à população da vila; o mercado, uma vez que não lhe oferece vantagem em preço, não funciona como atrativo. A população urbana quase se mantém ausente dele; se presentes estiveram alguns, foi mais por questões ligadas à curiosidade de possíveis novidades, ou mesmo para comprar mediante regateio, embora isto não seja hábito generalizado. Em contrapartida, constituindo-se o mercado de uma pequena multidão de vendedores ⁽³⁸⁾, êle favorece, ao meio-dia, as casas de pasto, as de venda de vinho e refrigerantes — que neste dia também fornecem refeições — e o único restaurante digno dêste nome na vila, com um considerável movimento. Aliás, a Câmara Municipal (que cobra 5\$ como taxa para que o feirante arme sua tenda no passeio, de um e doutro lado da ribeira) e os fornecedores de almoços são os únicos que nada têm a perder; antes pelo contrário, mesmo num dia de fraco movimento de vendas como aquêle...

d) Por essa época, como se disse, é difícil ao feirante acabar o dia com um bom lucro. Isto se deve, por um lado, aos motivos anteriormente apontados e, por outro, à grande concorrência que os próprios feirantes fazem entre si. Resalta isto se atentarmos que, dos 96 feirantes entrevistados, 33 vendiam roupas e 32 calçado; estes dois ramos perfaziam mais de metade dos feirantes dedicados à venda de artigos de vestuário. Compreende-se, por isso, a monotonia do mercado e, apesar de suas dimensões (ou quiçá devido a elas), não admira que, ao cabo de um dia, uma boa porção de feirantes parta de Alenquer insatisfeita, após muita expectativa e alguma canseira.

e) Chega-se, face a isto, à paradoxal conclusão de que muitos armam suas tendas para nada, ou para, numa espécie de jôgo de azar, tentar a «sorte». Esta anomalia encontraria remédio reduzindo o número de participantes, já que o mercado adquiriu dimensões demasiadas para Alenquer, diversificando as mercadorias expostas, oferecendo a feira alguma vantagem em preço. Esta última solução, todavia,

⁽³⁸⁾ Entrevistamos 96 pessoas, tôdas proprietárias de tendas, auxiliadas por um familiar ou sócio, o que perfazia quase duas centenas de pessoas.

não será bem recebida, por oferecer concorrência ao comércio estabelecido.

f) Mas, por serem mercadores ambulantes, o mau dia de um lado será compensado com um bom mais adiante, quiçá até no dia seguinte, em outra feira ou mercado. Constatamos que 33 outras localidades são visitadas com certa regularidade, embora 68,7 p. 100 dos feirantes não residam nos locais das feiras, como se verá. Desta percentagem, a maior parte reside em Lisboa, Sobral de Monte Agraço, Alenquer e Arruda dos Vinhos, deslocando-se constantemente para os locais do comércio itinerante. As localidades mais preferidas, pelos melhores resultados que oferecem, são Malveira (31 freqüências), Merceana (21), Sintra (20), Torres Vedras (20), Sobral de Monte Agraço (16), Cascais (15), Feira da Ladra, em Lisboa, (12).

g) Com isto conclui-se que o comércio itinerante é profissão permanente. Esse deslocar quase diário para localidades as mais diversas só se torna possível graças ao veículo que o feirante possui ou aluga. Esta modalidade é feita mediante a quotização de grupos de dez, que rateiam o frete com o objetivo de abrandar os custos.

h) A atestar um passado talvez mais próspero, ou ao menos com menor concorrência, lá estavam em Alenquer 27 feirantes cuja freqüência ao mercado se faz de 16 a 50 anos ⁽³⁰⁾. A comprovar o crescente interesse pelos mercados (embora pouco compensadores na maior parte do ano), fugindo talvez a emprêgos pouco remuneradores, ou em busca de melhor sorte e maior autonomia, lá estavam 63 feirantes com essa atividade há menos de 15 anos. Dêste total, a maior parte, 23, comerciava de 1 a 5 anos apenas, o que abona a afirmação anterior.

VIAS DE ACESSO, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

Quem, saindo de Lisboa por estrada de rodagem, atinge Vila Franca de Xira e a localidade de Castanheira verifica, após esta última, que a rodovia inflete para o Norte, até Carregado, já no concelho de Alenquer. Aí bifurca-se:

⁽³⁰⁾ Alguns «herdaram» a atividade de seus pais.

um ramo toma direção nordeste, levando a Santarém; o outro, sob o prefixo de «Estrada Nacional n.º 1» (estrada Lisboa-Porto), liga Carregado a Alenquer e esta a Caldas da Rainha. Beneficiada assim por fácil comunicação rodoviária, através de estrada de primeira classe, Alenquer liga-se a Lisboa e a Caldas da Rainha, pequena cidade, centro de uma área agrícola rica, com comércio abundante e variado. Fica compensada, com isso, a inexistência de estrada de ferro junto à vila e com a qual pode comunicar-se, mais ao sul, por sua estação junto à Vala do Carregado ou através de Vila Franca de Xira. Como a estrada pavimentada é relativamente recente, poderá concluir-se que, antes dela, a vila esteve dependente da estação ferroviária de Vila Franca de Xira. Explica-se também não ter a vila sentido, a partir do século passado, o surto de progresso que a ferrovia levou a muitas localidades por que passa. Valendo-se, portanto, do grande eixo rodoviário S-N, a vila resistiu à estagnação e pôde adaptar-se, tardiamente, à circulação por camionagem.

Como a rodovia é apenas tangencial, não atravessando o núcleo principal da vila, mas cortando o seu mais antigo bairro — Santa Catarina —, nota-se certa lentidão em aquêlê unir-se, por amplas avenidas, à estrada vital. Isto se deve ao fato de velhas propriedades, a ribeira e a topografia terem moldado os estreitos caminhos que levam à moderna estrada, à entrada da vila. No bairro de Santa Catarina, desta forma, esgalham-se caminhos que, sinuosamente, conduzem à Alta, pela Avenida António Maria Jaeles (fig. 8, n.º 1); à Baixa, pela Rua Sacadura Cabral (fig. 8, n.º 2), que se continua pela Rua de Triana (fig. 8, n.º 3); ao Camarnal, quebrando à direita, após a ponte e atravessando os pavilhões da antiga indústria da Romeira (fig. 8, n.º 4). Seguindo-se em frente, pela rodovia, galga-se uma colina paleogênica; deixando a vila à esquerda e abaixo, atinge-se a localidade de Ota. Este fato vem reforçar a idéia de que, por não lhe cortar o centro, a rodovia foi chamada à vila ao menos por dois acessos. Estes, como se viu, foram adaptados à topografia e às propriedades, encurvando-se de tal maneira que não permitem velocidades sem riscos de acidentes. Desta forma, o centro administrativo atinge-se por dois caminhos: através da Avenida António Maria Jaeles, que tem continuidade pela Rua Francisco Maga-

lhães (fig. 8, n.º 5) e Rua Direita da Praça (est. VII, A e B), ou pela Rua Pêro de Alenquer (fig. 8, n.º 6). Esta, junto à velha muralha medieval, desemboca na Calçada Damião de Góis, após um apertado cotovêlo, ligando-se à Baixa antiga. Por esta última rua, também junto à muralha, pode-se chegar à estrada que leva à vila de Torres Vedras e ao interior do concelho de Alenquer. É pela Rua de Triana (est. V, B) que se desenvolve a principal circulação de veículos, pois faculta quatro grandes ramificações para quem se encontre junto ao Largo Palmira Bastos (fig. 8, n.º 7): através da Rua Sacadura Cabral possibilita atingir-se os bairros de Santa Catarina e Paredes, ou Vila Franca de Xira e Lisboa, ou ainda a Alta pela já referida Avenida António Maria Jaeles; atravessando-se a ponte e o Largo do Espírito Santo, chega-se igualmente à Alta, mas pelo caminho mais íngreme e sinuoso, e por isso pouco utilizado por veículos; paralelamente à ribeira, pela Rua Lafaurie e Calçada Damião de Góis (est. VIII, A), também se atinge a Alta; pela Rua Lafaurie chega-se ao centro administrativo, infletindo-se à esquerda e galgando-se o jardim público, encravado numa encosta abrupta, por íngremes e sinuosas escadinhas; do mesmo Largo Palmira Bastos, quer se utilize a Rua de Triana ou a Avenida Eng.º Duarte Pacheco, em direção ao Largo da Rainha Santa Isabel (fig. 8, n.º 8), dois acessos são possíveis (fig. 8, n.º 9): girando-se à esquerda desemboca-se na estrada que conduz ao interior do concelho e a Torres Vedras; à direita, na Estrada Nacional n.º 1, após dois exíguos cotovêlos que a topografia exigiu. Este último acesso recebe a preferência dos que, vindos do norte, desejam penetrar na vila.

Os serviços de transporte ocupam papel de destaque na vila (est. VIII, B). Tanto assim que propiciaram a expansão de uma empresa local, a Empresa de Viação e Comércio de Alenquer, L.da, cuja frota de veículos pode ser assim discriminada: 28 camionetas para passageiros, 4 caminhões (dois para 30 km e dois para 50 km) e 3 táxis. Com uma existência de mais de 30 anos, esta empresa faz ligações de Alenquer com Carregado, Castanheira, Povos, Vila Franca de Xira e, por ligação com a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, Santarém e Lisboa; nas chamadas «carreiras ascendentes» vai-se à Ota, Cercal e Labrugeira, ligando-se



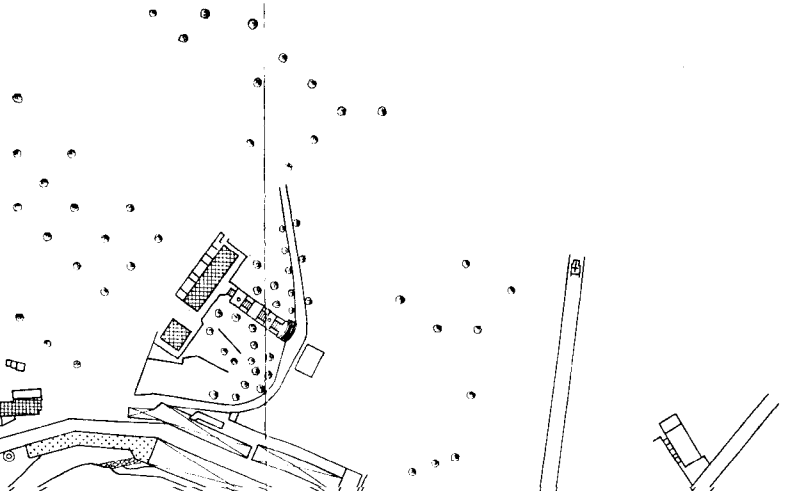
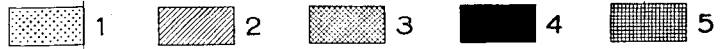
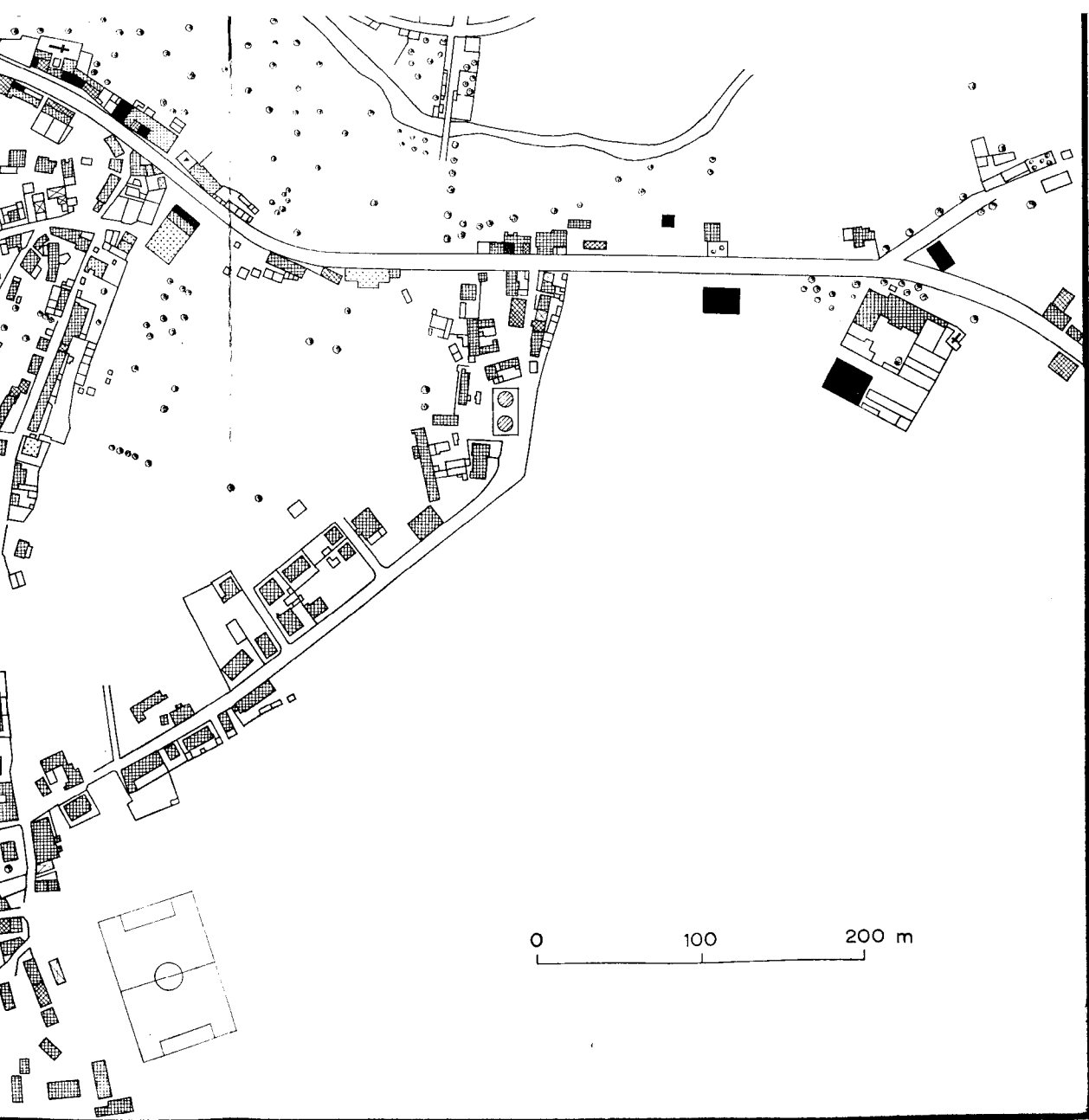




Fig. 8 — Planta funcional de Alenquer.

1 -- Estabelecimentos industriais; 2 -- Serviços públicos; 3 -- Casas comerciais; 4 -- Atividades diversas; 5 -- Residências; 6 -- Igrejas; 7 -- Centro



— Igrejas; 7 — Centros sociais; 8 — Cemitério; 9 — Edifícios abandonados ou em ruínas.

com Torres Vedras. As carreiras para o sul são mais importantes, registrando-se, ao correr do dia, 28 frequências de ida e 28 de volta, enquanto as do norte atingem apenas 6 frequências ascendentes e 6 descendentes. A reforçar a importância das comunicações encontramos, com passagem por Alenquer, a Empresa dos Claras, com 4 carreiras diárias para o norte e 5 para o sul. Embora tangencial, sua passagem pela vila data de cerca de 20 anos, encontrando-se presentemente em expansão, carregando maior número de passageiros e alguma carga leve.

Em resumo, como se tratou anteriormente, ressalta a magnitude das ligações de Alenquer com as localidades que lhe ficam ao sul, especialmente Vila Franca de Xira e Lisboa. Este fato se deve à presença da Estrada Nacional n.º 1, sendo por ela que a vila tem facilidade de transportar cargas para outras localidades, bem como trazê-las sob a forma de matéria-prima ou de produtos elaborados para o comércio e consumidores. Mas é ao transporte de passageiros que convergem tôdas as atenções, pelo grande movimento registrado por ambas as emprêsas que servem Alenquer.

CULTURAS NOS ARREDORES DE ALENQUER

Tendo por ponto de partida a colina sôbre a qual ainda se notam os vestígios do antigo castelo, podemos observar o espaço cultivado na periferia da vila. Este inventário, a partir de pares da fotografia aérea e da observação pessoal, deixa antever um uso monótono da terra, dentro de uma policultura que dá mais ênfase à vinha (fig. 9).

Em Alenquer, os cultivos destinam-se ao embelezamento da vila e preservação do solo contra a erosão nas encostas declivosas; ao reflorestamento, em menor escala; à obtenção de frutos e colheitas agrícolas diversas. Desta forma temos, no flanco oeste da citada colina, eucaliptos; no que faz face à vila, plantas ornamentais e de sombra; ainda nesta última encosta vamos encontrar quintais onde predominam hortaliças, algumas oliveiras e vinhas. Esta associação é constante nos quintais e nas pequenas propriedades que circundam a vila, independente de qualquer aspecto topográfico. Saindo para fora da orla urbana, nos terrenos aluviais do antigo

mosteiro do bairro de Santa Catarina, deparamos com o maior pomar da vila, talvez votado ao desaparecimento se aquela área fôr decretada de utilidade pública, em vista aos projectos de urbanização e expansão de Alenquer.

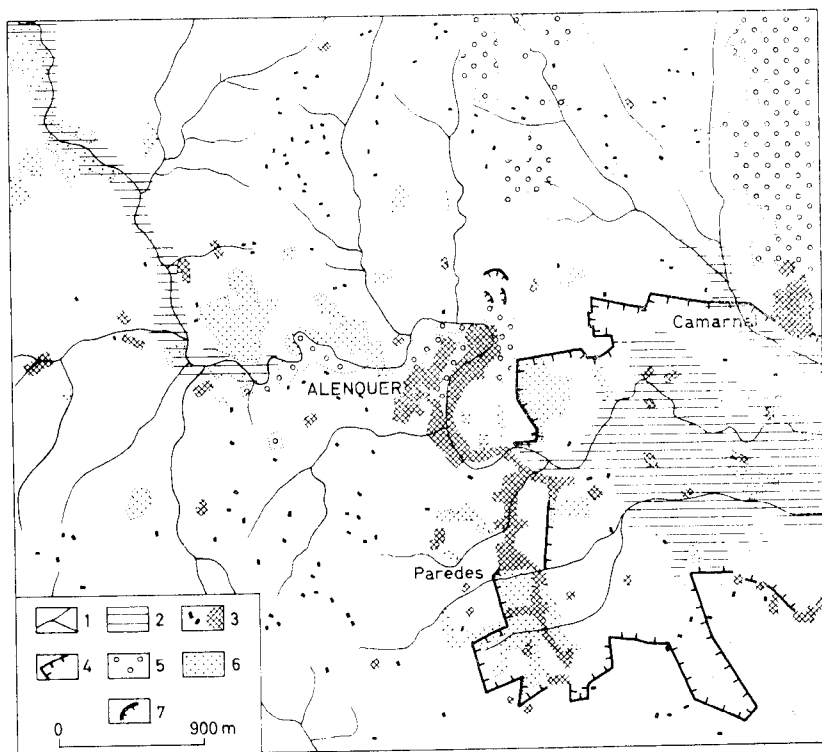


Fig. 9 -- Esboço da utilização do solo nos arredores de Alenquer (a partir da fotografia aérea).

- 1 -- Rios; 2 -- Planície aluvial; 3 -- Casas e povoações;
 4 -- Campos relativamente grandes em forma geométrica, onde a cultura predominante é a vinha (fora do limite desta convenção os campos são pequenos e irregulares);
 5 -- Bosques e matos; 6 -- Plantações ordenadas de árvores de fruto com muitos olivais; 7 -- Pedreira.

No outeiro fronteiro à vila, pelo lado leste desta, encontramos talhões de vinha, alguns de cereal e oliveiras, com uma tal intensidade que faz supor extremo parcelamento das propriedades rurais. É de ressaltar que, em virtude da elevada

densidade demográfica do concelho de Alenquer ⁽¹⁰⁾, quase não se registram grandes propriedades, salvante poucas e bem aparelhadas quintas que resistem, com mais ou menos esforço, ao parcelamento ou à invasão das habitações, sob pressão da vila em expansão. Destas quintas pode-se citar, a título de exemplo, a Quinta do Bravo: caracterizada pela quebra dos padrões tradicionais de cultura da área, soube e pôde adaptar-se à mecanização, inclusive no trato das vinhas, sua principal fonte de renda. Aliás, tôdas as quintas, mesmo as de tipo médio, especializaram-se na vinha, não deixando, porém, de fazer outras culturas, como algum cereal ou pastos para o gado e, por vêzes, boa porção de terra com oliveiras. Ressalte-se, no entretanto, que só utilizam máquinas aquelas propriedades situadas em áreas a leste e sul da vila, pelo óbvio motivo de ali se situarem terrenos mais planos. Para norte, nordeste e oeste da vila, exceto porções aluviais, tôdas as terras são constrangidas a não se beneficiarem de meios mecânicos modernos, por a topografia lhes ser totalmente desfavorável. Em direção à localidade de Carregado, tanto de um lado como de outro da Estrada Nacional n.º 1, a vinha predomina, tendo, por vêzes, a separar talhões ou propriedades, oliveiras ou árvores de fruto.

Mais afastados da estrada, em direção à ribeira, aparecem alguns pedaços de terra com cereal, denotando-se aí especial cuidado não só na divisão das glebas e talhões, quase todos ligeiramente retangulares, como no tratamento que lhes é dispensado. Em direção a Paredes, contudo, a vinha vai cedendo lugar à oliveira. Ambas, de qualquer forma, coexistindo, justificam plenamente as adegas e lagares existentes em grande número na vila de Alenquer. Do bairro de Paredes em diante desaparecem, como acontece para oeste da vila, as glebas alinhadas com forma aproximadamente retangular. Surge aqui um espaço desordenado, com limites tortuosos das propriedades cujos detentores ergueram suas moradias em locais em que a topografia era menos desvantajosa para tal.

Chega-se por fim à conclusão de que o uso das terras na periferia de Alenquer é bastante intenso, dentro de um imbricado de tipos de cultura que pouco sofre mutações ao

⁽¹⁰⁾ 109 habitantes por km².

longo dos anos, pois a fotografia aérea de cerca de dez anos atrás nos mostra quase o que vemos nos dias correntes. Isto mesmo foi explicado por ORLANDO RIBEIRO: «Um traço comum à maioria das culturas, sejam de sequeiro ou de regadio, é a sua *promiscuidade*. Olivais, montados de sobro e de azinho, salpicam as searas; a vinha, plantada em renques, convive com plantas intercalares; o feijoeiro enrola-se às canas de milho, as árvores de fruto crescem na borda dos campos. A horta e o pomar beneficiam dos mesmos estrumes e da mesma água de rega. Desta maneira se obtém a rica variedade de produtos que constitui o ideal do agricultor mediterrâneo. Assim o requer a alimentação, tirada muito mais da terra do que da pesca ou do rebanho» (41). Este quadro, válido para o Mundo Mediterrâneo, o é, em especial, para a Estremadura e retrata fielmente o panorama da agricultura da pequena área examinada.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Enraizada no passado remoto e obscuro, a Alenquer de hoje paga triplo tributo: por um lado, à relativa proximidade da capital do País, que, como todas as grandes cidades, exerce um forte poder de atração sobre as pequenas localidades circundantes; por outro, à estrada Lisboa-Porto, que, por paradoxo, se impede que o aglomerado estagne, também lhe faz uma circulação periférica, quase impeditiva de uma penetração dos passantes; por fim, à topografia hostil, paga o preço irrisgável de um sítio que refreia qualquer evolução urbana.

Este é o dilema do velho núcleo, nascido alcandorado, sob a proteção de uma praça forte que o tempo levou e que foi descendo pela encosta, até quase esgotar, nos dias atuais, sua capacidade expansiva. Lugar de residência de nobres, abrigou em sua parte alta um punhado de burgueses, cujos resquícios ainda se notam; para fora do velho núcleo e na baixa foram se fixando os que se dedicavam aos serviços braçais e os comerciantes. Este quadro foi alterado pelo contributo dos que impulsionaram, nas últimas décadas do

(41) O. RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3.ª ed., Lisboa, 1967, p. 19.

século passado e primeiras dêste, o setor industrial do aglomerado. Assim, ricos proprietários, burgueses da Alta, de um lado, e a maioria proletária da Baixa, por outro, geraram ao correr do tempo animosidades e até rivalidades, cujas lembranças os mais idosos conservam.

A evolução natural, com aumento de bem-estar social e econômico, não chegou à casa de muitos assalariados, contrariamente ao desejo e esforços que todos desenvolvem no trabalho. A maioria, como se viu, depende de rendimentos do setor «serviços», nem sempre remuneradores condignos. Se assim não fôsse, do inquérito aplicado a diferentes pontos da vila, saltaria um maior número de proprietários. Como se apontou anteriormente, nem todos os moradores são proprietários e embora paguem, em média, aluguéis módicos, não se deve inferir generosidade dos locatários, mas o paralelo confôrto-aluguel ou ainda a antiguidade dos respectivos contratos.

Servindo a um concelho cujos campos produzem satisfatoriamente, quer através dos serviços de assistência médico-hospitalar e sanitária, quer dos da administração pública, em suas diversas hierarquias, quer, por último, dos de um comércio até ontem variado e capaz de atender qualquer necessidade e que foi duramente abalado pela enchente, a vila de hoje parece entrar em sonolência. Reforça-se a idéia se atentarmos às indústrias, também desorganizadas pela cheia ou combatidas frente ao dinamismo e conjuntura econômica que não puderam acompanhar. Repete-se, sob nossos olhos, o pendular jôgo econômico que foi dando à vila, ao longo dos séculos, ora estagnação, ora vida e animação. Não podendo contar com recursos financeiros internos, porquanto os próprios moradores não os têm para uma vital necessidade — a casa própria —, as indústrias ou saíram ao encontro dos bancos ou foram tendo acionistas vindos de fora. Neste setor, diagnosticando a crise evidente, não nos cabe apontar os remédios, pois escapa aos limites dêste trabalho.

No entretanto, de um conjunto de vilas que tivemos oportunidade de conhecer em Portugal, Alenquer sobressai por sua beleza. Alcandorada, em parte, não deixa de chamar a atenção dos passantes. Assim vista da estrada nacional, isto é, de longe, deram-lhe um cognome significativo: «vila-presépio». Ao lado de se constituir num aglomerado sim-

pático à vista, com uma área agrícola que lhe serve de moldura e lhe acentua o colorido, a vila é detentora de um patrimônio histórico, artístico e cultural que, se não é grande e se não foi totalmente devorado pelo tempo, é representativo: sete igrejas antigas, com telas e esculturas que ainda mostram um passado exuberante (cujo declínio quatro delas atestam por estarem em ruína); o primeiro convento franciscano do país, também em péssima conservação; restos do secular castelo; um pequeno, mas valioso, museu arqueológico, etc. Além de tudo isto, aspectos urbanos e paisagísticos dignos de serem aproveitados para fins turísticos. O turismo se por um lado lhe virá tirar a quietude das ruelas e a tranquilidade que os cumes dos morros lhe dão, por outro será capaz de revitalizar o seu atual setor mais importante: o comércio. Reorganizada a atividade comercial e implantados dispositivos para atrair visitantes, a vila teria um aumento de possibilidades de trabalho à população, no setor das trocas ou do dos serviços. Até hoje, embora as vantagens apontadas, Alenquer não pôde aproveitá-las, porquanto, na passagem para o Norte, ainda «é muito cêdo para nela entrar»; ao regresso, «já é muito tarde...».

Outra possibilidade seria a de intentar industrializar a área plana que lhe fica ao sul e sudeste, a exemplo de Vila Franca de Xira. Se isto faria recuar uma agricultura que aí arranca do solo alguma produção desde há séculos, deflagraria e apenas anteciparia uma tendência evidente: a ocupação pela indústria e pelos bairros da área próxima ao Carregado.

Em conclusão, quisemos apresentar uma característica vila de Portugal, seus aspectos, sua gente, sua atividade. Por se inserir num contexto histórico emaranhado, não conseguimos buscar-lhe a gênese, mas quando retratamos o presente, procuramos deixar algumas sugestões perspectivas, apontando algumas questões que só o passar dos anos confirmará. Como sua problemática é válida para toda uma área, deixamos a idéia para estudos mais profundos, capazes de diagnosticar-lhe inteira e globalmente as fraquezas e subministrar-lhe os remédios apropriados.

ALDO PAVIANI

RÉSUMÉ

Alenquer, aspects géographiques d'une petite ville portugaise.

Alenquer est une bourgade de 2800 habitants, située à 36 km de la capitale, en bordure de la grande route Lisbonne-Porto. Les rugosités d'un relief de collines entaillé par les méandres encaissés d'un ruisseau déterminent un double site urbain: ville basse et ville haute. L'origine d'Alenquer paraît être un bourg perché dont les défenses furent consolidées lors de la Reconquête. Son rôle devint alors plus important, il releva désormais de la «Maison des Reines».

La petite rivièrre, qui donne au bourg une physionomie si particulière, a joué un rôle décisif: ses eaux sont encore utilisées par des usines textiles, des papeteries et des moulins. Mais les crues qui, de temps en temps, entraînent d'énormes ravages et la médiocre adaptation aux besoins technologiques et économiques actuels, font que ces industries soient sous la menace d'une crise sérieuse.

L'analyse des activités de la petite ville aboutit à un panorama actuel des industries et des services (essentiellement services publics et petit commerce). La description du marché mensuel le montre beaucoup plus lié à la vie de la campagne environnante qu'à celle de la ville même. Celle-ci a pourtant gardé assez de liens avec le milieu rural pour que subsistent en deux points du bourg des «marchés aux hommes» où des journaliers viennent encore chercher de l'embauche chaque matin.

Des enquêtes locales ont servi de base à l'étude de la structure de la ville, exprimée par un plan fonctionnel et à celle de la population, soumise à un questionnaire portant sur un dixième de son effectif. L'agglomération est stagnante, avec une population qui s'accroît peu et qui vieillit, avec des activités modestes et une industrie en déclin. Les constructions nouvelles sont peu importantes en raison du faible pouvoir d'achat de la majeure partie de la population, constituée surtout de salariés.

La circulation à l'intérieur de la bourgade est difficile à cause des rues étroites, des raidillons, des escaliers. Elle est mal adaptée au trafic moderne. Par contre, d'importants transports routiers, utilisant la route Lisbonne-Porto, lient les régions situées au nord et au sud de la ville.

En résumé, Alenquer apparaît comme un bon exemple de ces vieilles villes perchées portugaises dont l'adaptation à la vie moderne pose de difficiles problèmes qui mériteraient d'être étudiés avec attention.

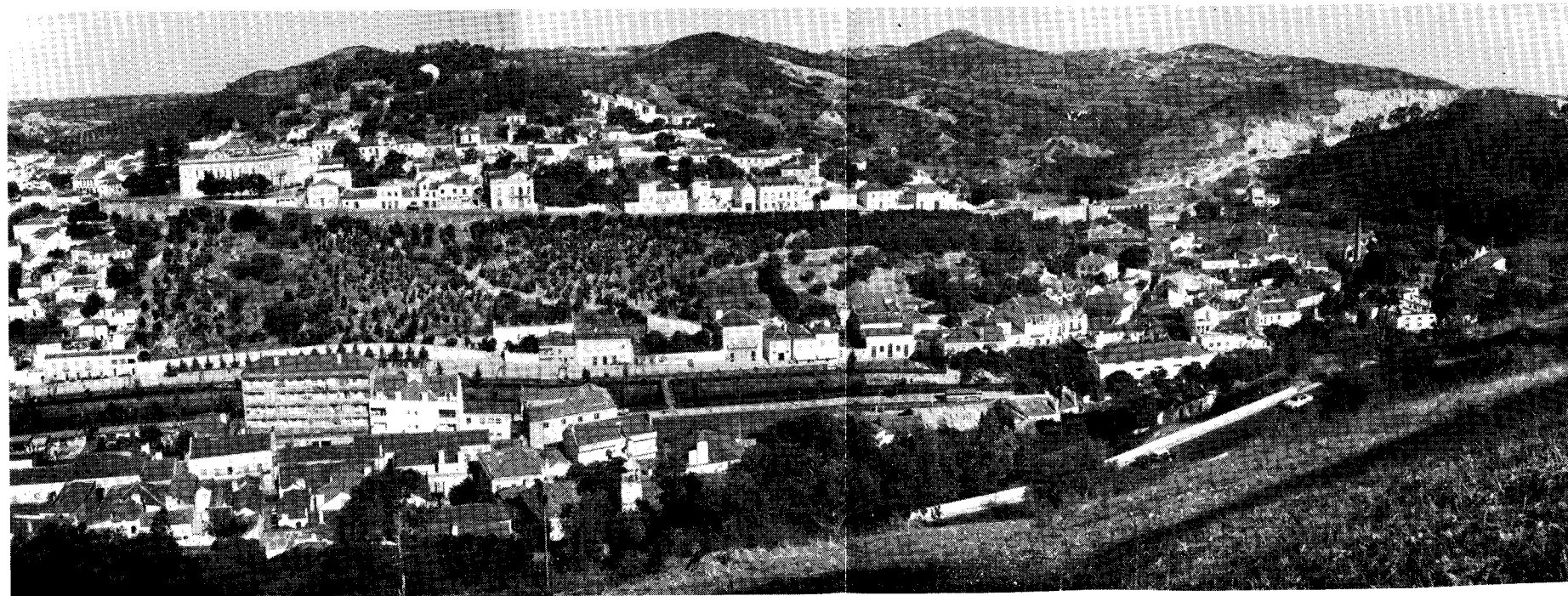
BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, JOÃO MARIA — *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, vol. IV, Lisboa, 1876.
 CARDOSO, P. LUÍS — *Diccionario Geographico de Portugal*, tomo II, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1758.

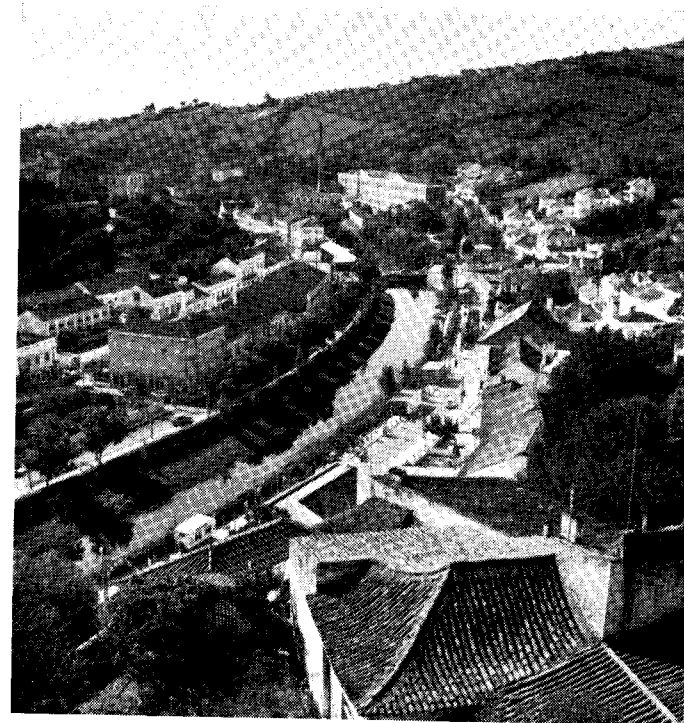
- COSTA, P.^o ANTÓNIO CARVALHO DA -- *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, tomo III, Lisboa, 1712.
- FIGUEIREDO, ALBINO D'ABRANCHES FREIRE DE -- *Memória sobre Alguns Melhoramentos Possiveis da Villa e Concelho de Alemquer*, Lisboa, 1851.
- HENRIQUES, GUILHERME JOÃO CARLOS -- *Alemquer e seu Concelho*, 1.^a ed., Lisboa, 1873; 2.^a ed., Lisboa, 1902.
- LEÃO, DUARTE NUNES DO -- *Descrição do Reino de Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 1785.
- MACEDO, JORGE BORGES DE -- *Problemas de História da Indústria Portuguesa do Século XVIII*, Lisboa, 1963.
- NASCENTES, ANTENOR -- *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tomo II, Rio de Janeiro, 1952.
- RIBEIRO, ORLANDO -- *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 3.^a ed., Lisboa, 1967.
- *Geografía de España y Portugal*, tomo V, 1.^a ed., Barcelona, 1955.
- SOUZA, FRANCISCO LUÍS PEREIRA DE -- *O Terremoto de 1.^o de Novembro de 1755 e Um Estudo Demográfico*, vol. III, Lisboa, 1923.
- Relacion de la Antigüedad, y Particularidades de la Noble Villa de Alenquer*, imp. s. d., B. N. L.
- A Verdade*, número especial do Natal de 1959, Alenquer.



EST. I, A — A Baixa antiga, em primeiro plano; Triana, na margem esquerda da ribeira; e a Alta, vista do nordeste.



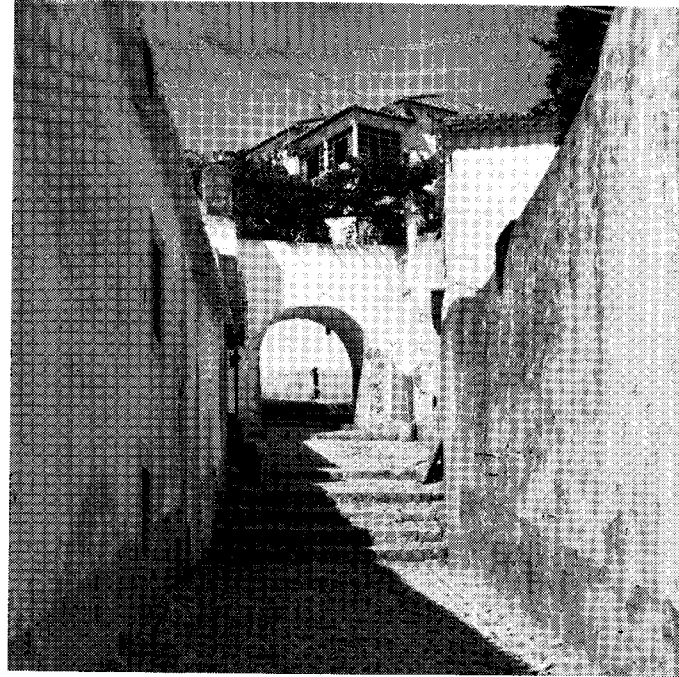
EST. I, B — A Alta e parte da Baixa, vista do leste.



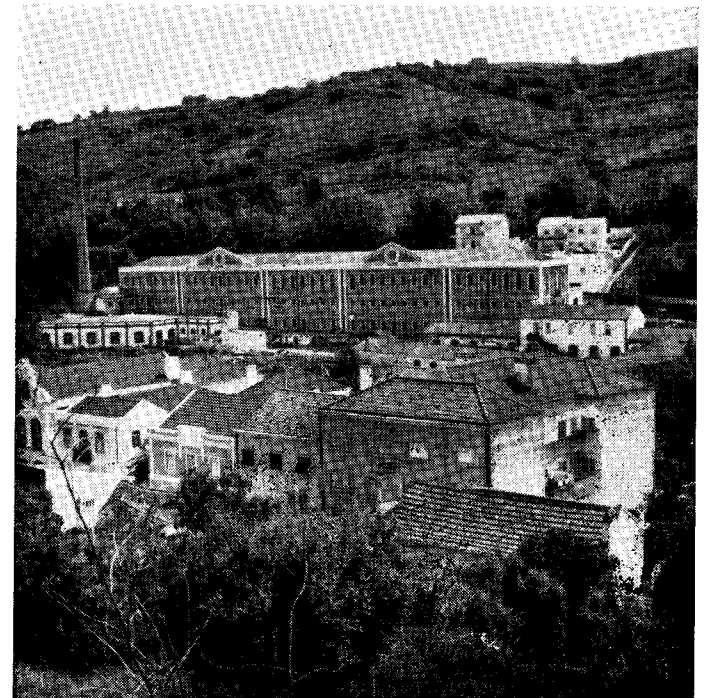
EST. II, A — A Baixa, vista do largo fronteiro aos Paços do Concelho.



EST. II, B — A ribeira, com pouca água, e parte da antiga fábrica da Romeira, hoje paralisada.



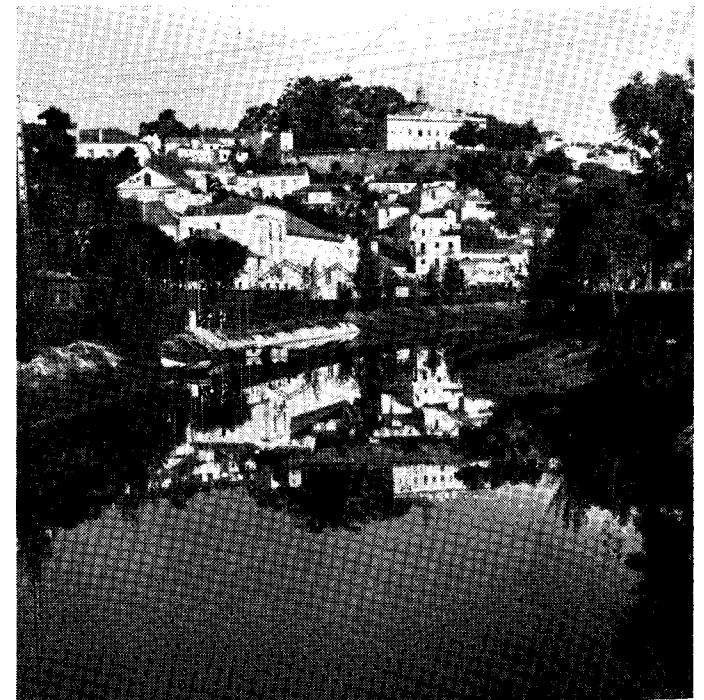
EST. III, A — Ruela,
escadinhas e muros
altos junto do Arco
dos Pinéus.



EST. III, B — Edifi-
cio de apartamentos
encaixado no vale,
Lanifícios Tejo, Lda.,
e colina intensa-
mente cultivada na
parte posterior.



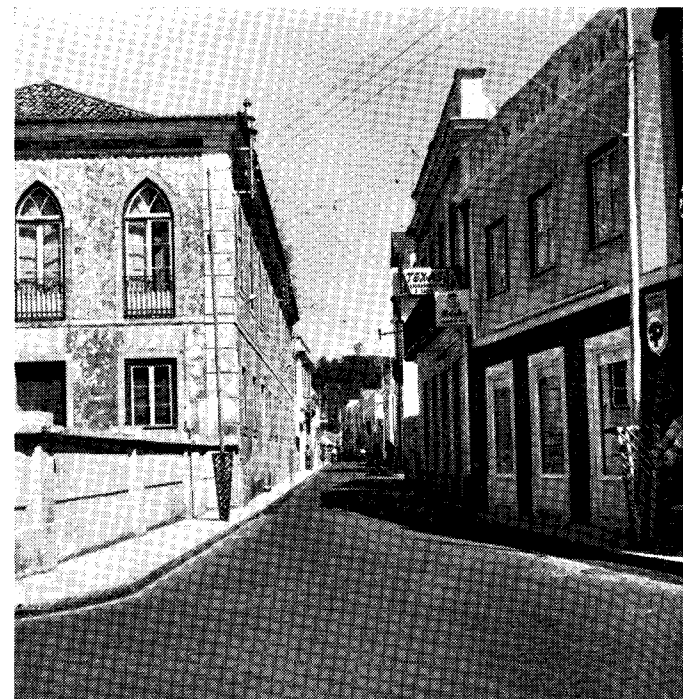
EST. IV, A — Parte das indústrias da moagem e do papel.



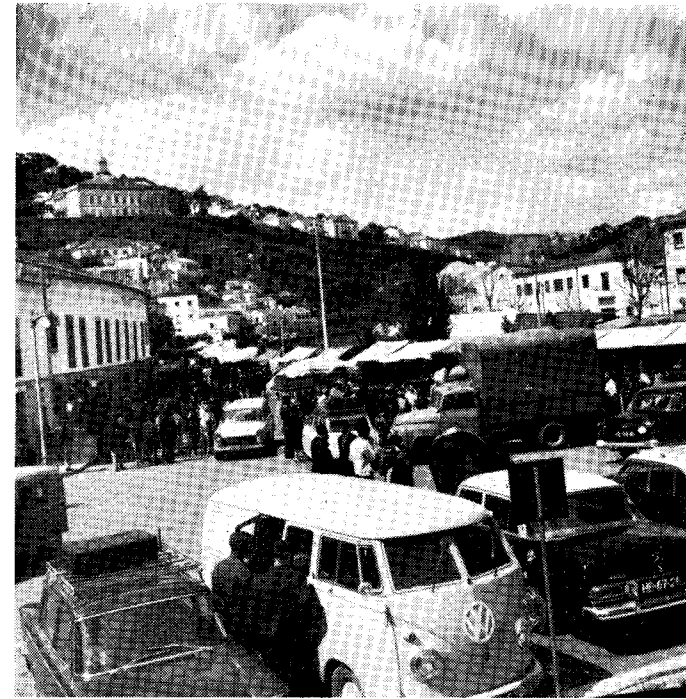
EST. IV, B — Nas águas represadas espelham-se a Câmara Municipal de Alenquer e o casario da encosta.



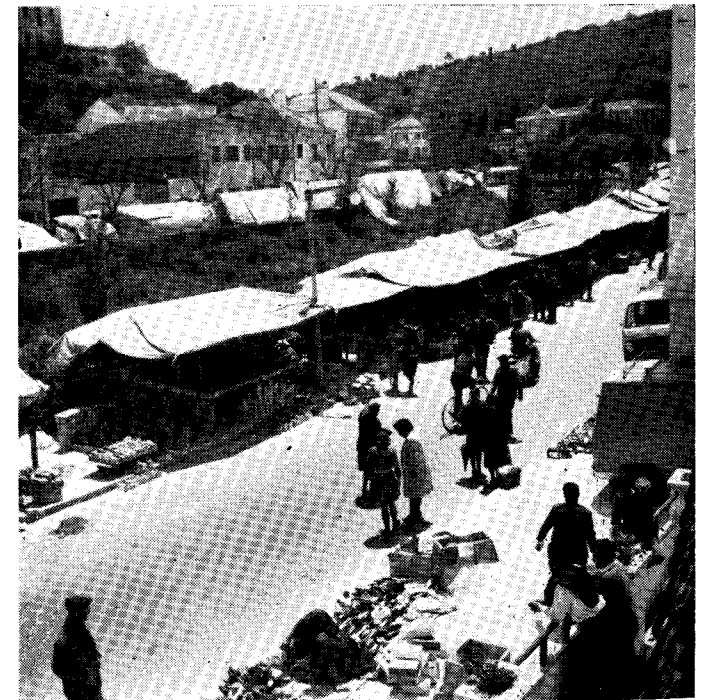
EST. V, A — Local
da antiga judiaria.



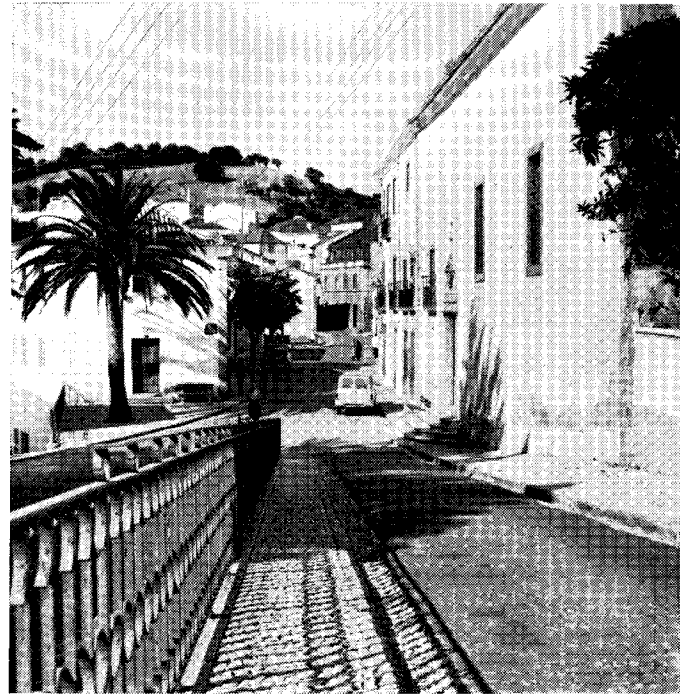
EST. V, B — Rua de
Triana, com função
de Rua Direita.



EST. VI, A — Parte do mercado mensal.



EST. VI, B — Baracas do mercado mensal ocupando ambas as margens da ribeira.



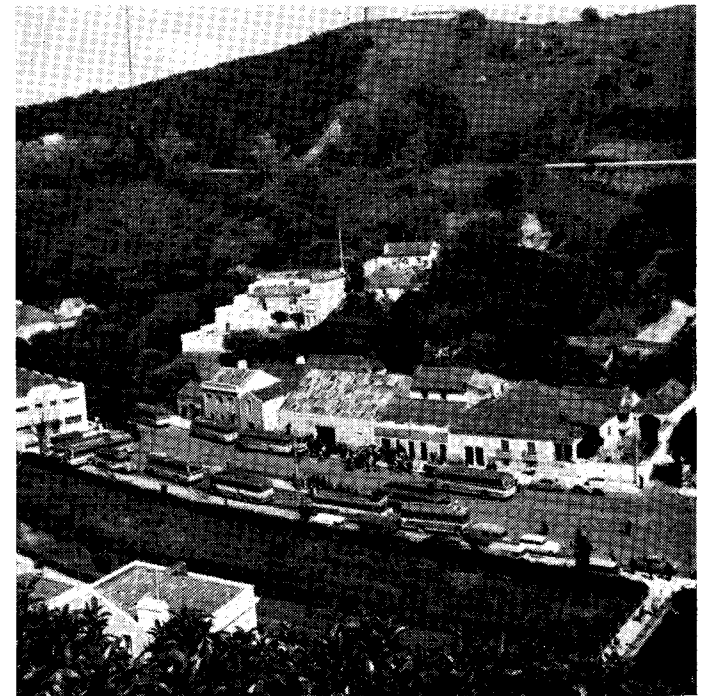
EST. VII, A — Parte da igreja da Misericórdia, à direita, e a Rua Direita da Praça.



EST. VII, B — O moderno edifício dos C. T. T., à direita, contrastando com os casarões fronteiros na Rua Direita da Praça. Ao fundo, parte dos Paços do Concelho.



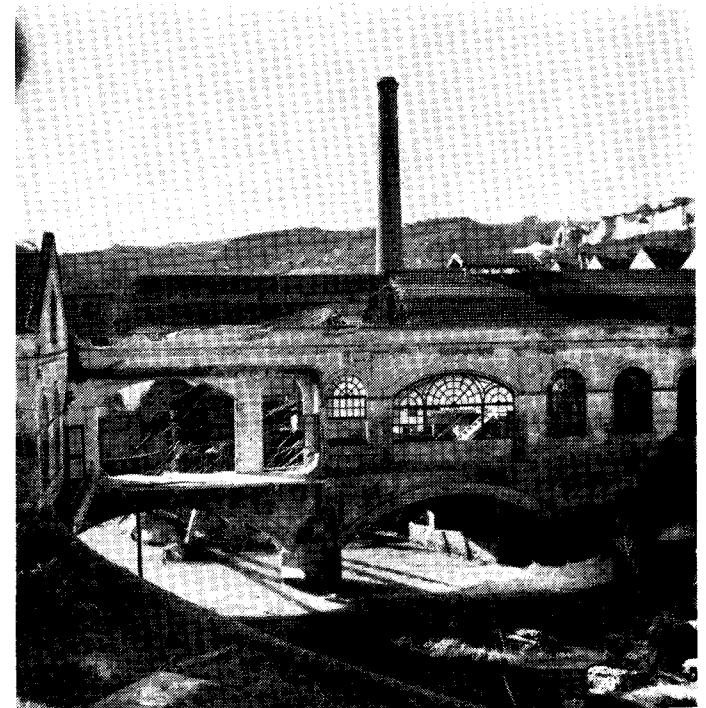
EST. VIII, A — A recurvada e estreita Calçada Damião de Góis leva à Alta por entre o casario da Baixa antiga.



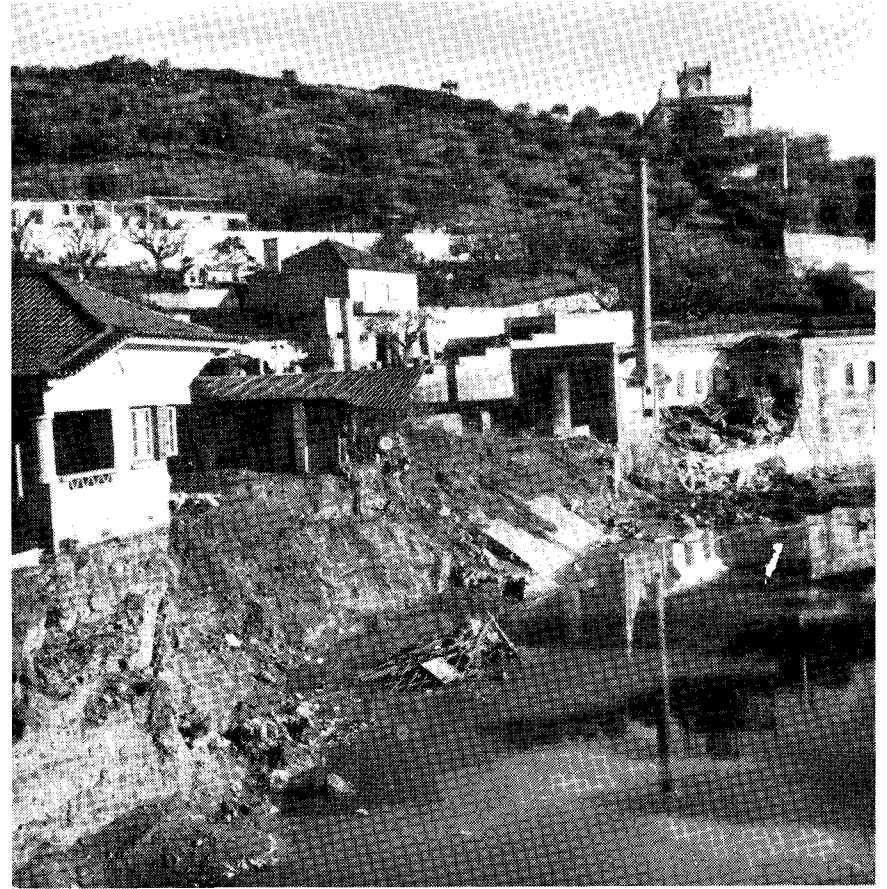
EST. VIII, B — O movimentado Largo Rainha Santa Isabel, à margem esquerda da ribeira de Alenquer.



EST. IX, A — Rua de Triana, três dias após a enchente de novembro. As águas cobriram inteiramente as duas portas à esquerda.



EST. IX, B — Pavilhão da fábrica de papel destruído pelo ímpeto da enxurrada.



EST. X — Destruições da cheia no bairro de Santa Catarina, à saída da vila. Comparar com a est. II, B.